

Debate Sindical

POLÊMICA

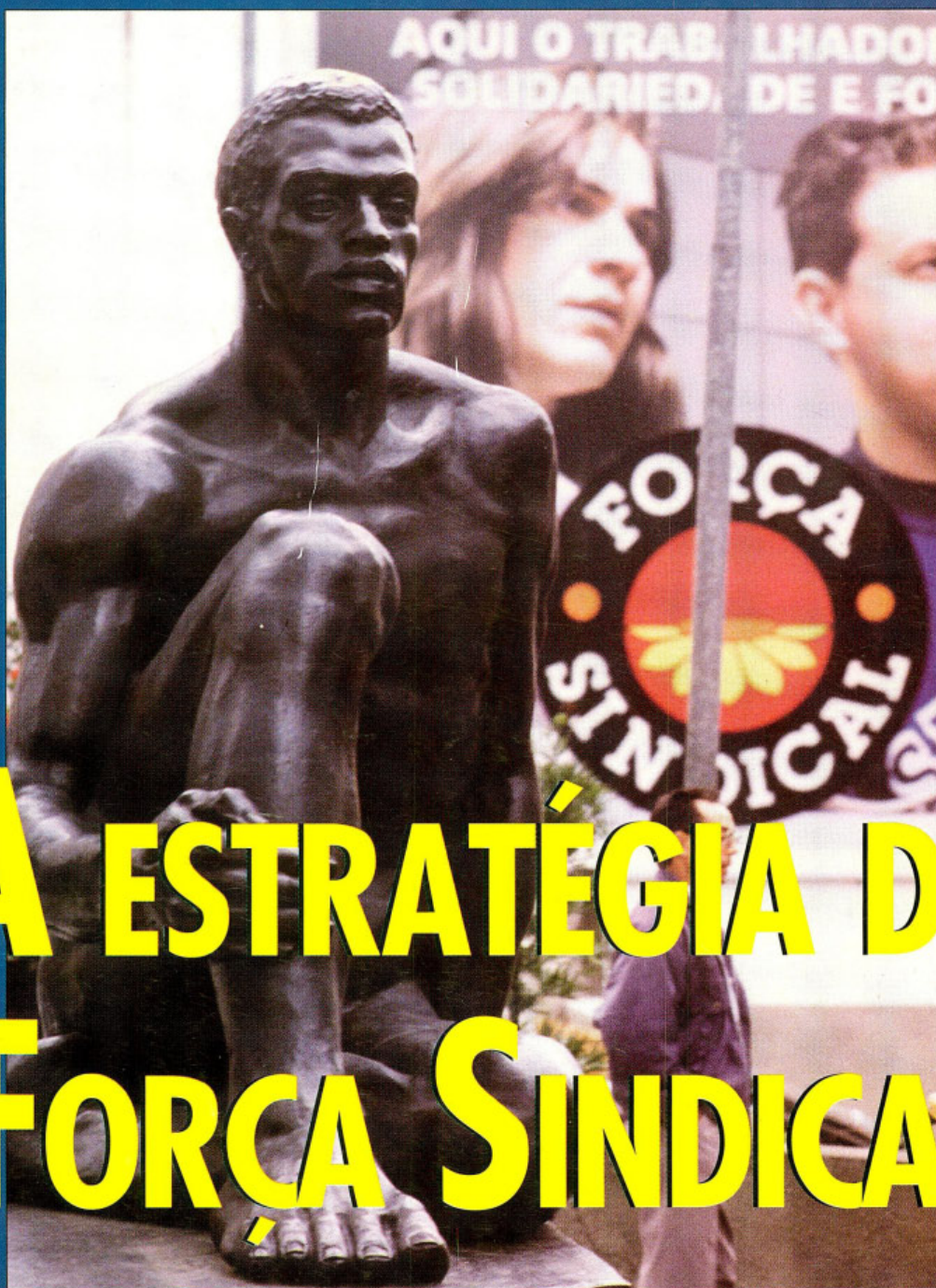
Sindicalismo e recursos do FAT: O que fazer?

HISTÓRIA

As revoluções do século XX e a classe operária

ENTREVISTA

A ousadia e a combatividade da CUT/Bahia



A ESTRATÉGIA DA FORÇA SINDICAL

CAPE *Eventos*

Central de Apoio a Promoções e Eventos

**Especializada em congressos,
seminários e eleições sindicais em
todo o território nacional**

A solução para o seu evento

- ☒ Credenciamento informatizado
- ☒ Hospedagem
 - ☒ Transporte
 - ☒ Segurança
 - ☒ Recepcionistas
 - ☒ Alimentação
 - ☒ Montagem de Estandes
 - ☒ Equipamentos

Avenida Cidade Jardim, 427 - 10º andar - Conjunto 103

Jardim Europa - CEP 01453-000 - São Paulo - SP

Tel./Fax : (11) 3168-7377

E-Mail : cape.eventos@terra.com.br

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (0__11) 289-1496
www.ces.org.br
Correio eletrônico: ces@ces.org.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore

Guiomar Prates

João Batista Lemos

José Carlos Ruy

Osvaldo Bertolino

Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito

César Benjamin

Clóvis Moura

Décio Saes

Edgard Carone

Emir Sader

Francisco Teixeira

João Pedro Stédile

Luís Fernandes

Luís Paulino

Lucília Machado

Marcos Gomes

Nilton Vasconcelos

Paulo Schilling

Ricardo Antunes

Abigail Pereira

Álvaro Gomes

Augusto Petta

Edson Pimenta

Gilda Almeida

Gilson Reis

Gregório Poço

José Carlos Schulte

Luís Gavazza

Mônica Custódio

Nivaldo Santana

Raquel Guisoni

Sérgio Barroso

Viane Martins

Wagner Gomes

Projeto original:

Caco Bisol

Foto da capa e edição de fotos:

Jesus Carlos/Imagenlatina

Charges:

Marcio Baraldi

Revisão:

Josenildo Marques

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves



- 4** Ofensiva do governo e resposta dos trabalhadores
ALTAMIRO BORGES
- 7** CUT/BA investe na intensificação das lutas
ENTREVISTA: EVERALDO AUGUSTO
- 11** Os ciclos econômicos de origem política
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 12** Alca: a recolonização sofisticada
EDMILSON COSTA
- 15** A crise latente do dólar e dos EUA
UMBERTO MARTINS
- 17** Recursos do FAT: o que fazer?
POLÊMICA: GILSON REIS/ALTEMIR TORTELLI/JORGE MARTINS
- 24** "Elites não querem acabar com problema da seca"
ENTREVISTA: MANUEL CORREIA DE ANDRADE
- 26** Pacote trabalhista: uma exigência do FMI
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 27** A cooptação faz a Força
CLÁUDIO GONZALEZ
- 33** A comunicação e a mediação com o trabalho
ROSELI FÍGARO
- 36** Palavras e fatos no processo da consciência
EMÍLIO GENNARI
- 40** Unicidade sindical: resposta a uma pergunta
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 41** A crise do movimento operário internacional
ALTAMIRO BORGES
- 43** Exploração e luta de classes no mundo
NOTAS INTERNACIONAIS
- 44** A classe operária e a revolução no século XX
AUGUSTO BUONICORE
- 48** Marx, Engels e os limites do sindicalismo
GIOVANNI ALVES
- 51** Sobre o conceito de classes em Karl Marx
MAURO IASI
- 56** Resenha de livro
RICARDO ANTUNES
- 57** Dicas de filmes e Internet
MANOEL RANGEL/GIOVANNI ALVES
- 58** A exploração do negro no mercado de trabalho
COLUNA: SALACIEL VILELA



João Zinclar

O ataque do governo e a reação dos trabalhadores

FHC tenta sair da defensiva e retoma o seu projeto de flexibilização trabalhista. Mas a resistência cresce, com a maior greve do funcionalismo e a campanha salarial unificada

ALTAMIRO BORGES

Mesmo acuado por todos os lados – a revista inglesa *The Economist*, porta-voz da burguesia globalizada, anuncia a pior recessão das últimas décadas; a vizinha Argentina, apesar do “socorro” do FMI, afunda na crise e explode em conflitos sociais; o racionamento de energia

desacelera a deprimida economia do Brasil; e as oposições continuam na dianteira para a disputa sucessória de 2002 –, o governo FHC dá sinais de que não vai recuar um milímetro na aplicação do seu destrutivo e regressivo projeto neoliberal. Pelo contrário!

Amparado pela oligarquia financeira e industrial, que conspira em reuniões secretas, o presidente garante que fará seu sucessor. Usa todos os recursos, públicos e ocultos, para minar as candidaturas oposicionistas e acuar os oponentes. Como se observa, a luta para mudar os

rumos do país será renhida. As elites atacam as forças mudancistas e armam a blindagem para evitar transformações consistentes. Qualquer ilusão numa saída moderada, baseada num programa palatável e amorfo, está fadada ao fracasso – antes ou depois do pleito presidencial. Que o diga o decrépito Fernando de la Rúa!

PACOTE TRABALHISTA

Neste cenário de fogo cruzado, o governo ainda tem a ousadia de retirar do baú o seu projeto de reforma da legislação trabalhista. É como se provocasse os trabalhadores e sinalizasse ao sacrossanto “Deus mercado” a sua inabalável fé neoliberal. Segundo a imprensa, o ministro do Trabalho já concluiu a minuta do projeto que permitirá a negociação de todos os direitos fixados na legislação infraconstitucional. Temendo não ter forças para mexer na Constituição em final do mandato, FHC pretende adulterar o que está determinado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em tom jocoso, o ministro Francisco Dornelles gosta de dizer que esta mudança permitirá que “o negociado prevaleça sobre o legislado”. Puro engodo!

Pelo artigo 7º da Constituição, o trabalhador tem direito a “gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal”. Mas é a CLT que define as regras sobre duração e forma de pagamento. O texto constitucional também garante a “irredutibilidade do salário, salvo disposto em convenção ou acordo coletivo”. Prevalecendo o negociado, como quer o ministro, os salários

poderiam ser cortados. Já no caso do adicional noturno, a sua proporção é fixada pela legislação infraconstitucional e também poderá sofrer retrocessos. O mesmo perigo correm a hora extra, o descanso semanal, a licença paternidade, os adicionais por insalubridade, penosidade e periculosidade, entre outros direitos.

Não é para menos que a proposta foi rejeitada pelas centrais sindicais – com exceção da *Farsa Sindical*, sempre tão patronal. “A intenção do governo é fazer com que os direitos conquistados sejam jogados no lixo”, criticou o presidente da CUT, João Felício. Para ele é golpe falar em livre negociação num período de crise econômica – ainda mais com racionamento de energia. Já o presidente da CGT, Antonio Reis, argumentou que o projeto prejudica exatamente as categorias mais arrojadas. “Os metalúrgicos de uma montadora têm como se organizar contra a perda de direitos. Mas a realidade é outra numa metalúrgica com 30 operários”. Diante da reação generalizada, FHC aguarda o melhor momento para voltar à carga!

GREVE DO FUNCIONALISMO

O governo também quebrou a cara no trato com o funcionalismo público federal. Primeiro anunciou que não concederia reajuste salarial pelo sétimo ano consecutivo. A reação dos servidores foi imediata, com a convocação de uma greve geral por tempo indeterminado – fato inédito no reinado de FHC. Para piorar, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio, ameaçou processar

FIASCO PRIVATISTA

Recém divulgado, o relatório do Tribunal de Contas da União sobre o processo de privatização do governo FHC desmente todos os argumentos dos entreguistas. Um deles era de que reduziria a miséria social – mas a massa salarial, que equivalia a 45% do PIB em 92, despencou para 37%. Outra falácia foi sobre a redução das tarifas; no caso das teles, já acumulam alta de 3.088%. A pior foi sobre a redução do déficit. A venda das estatais rendeu US\$ 87 bilhões, usados para abater apenas 15% da dívida pública. Mas, em decorrência da política econômica, esta saltou de R\$ 184 bilhões, em 94, para R\$ 563 bilhões no ano passado.

NAÇÃO VULNERÁVEL

Dados do próprio Banco Central, divulgados em agosto, comprovam que o grau de dependência do Brasil disparou no reinado de FHC. O estudo calculou a variação de 11 indicadores da “vulnerabilidade externa”, constatando a piora em 10. Os números indicam, por exemplo, que o país aumentou os gastos com a dívida externa – saltaram de 3% do PIB, em 95, para 9,4%, em 2000. Já a parcela das exportações comprometida com a dívida externa subiu 120,6% no mesmo período.

CAMINHO OPOSTO

Bem que a nata do empresariado tentou esconder os resultados. Mas a pesquisa feita pelo Ibope, a pedido da CNI, vazou e trouxe à tona dados impressionantes: 78% dos entrevistados afirmam que “o Brasil precisa de maior presença do Estado na economia” (contra 11%); 49% consideram que “o governo deve estatizar as empresas dos setores estratégicos” (contra 36%); e 55% acham que “o país necessita de uma revolução socialista para resolver os seus problemas” (contra 32%).

GRAU DE INDIGÊNCIA

Segundo recente estudo do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, o Brasil tem hoje 50 milhões de pessoas (29,3% da população) em situação de indigência. A pesquisa classifica como indigente a pessoa com renda mensal inferior a R\$ 80,00, valor necessário, de acordo com os preços de São Paulo, para garantir a ingestão mínima de alimentos recomendada pela Organização Mundial de Saúde. Segundo o estudo, um indigente deixaria esta situação com um aumento médio de apenas R\$ 34 na sua renda mensal.

RELATÓRIO DA ONU

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2001, elaborado pela ONU, indica que o Brasil manteve a vergonhosa posição de 69ª em miséria no mundo – abaixo da Colômbia, Argentina, México e outras nações da periferia do capitalismo. Alguns indicadores, que decorrem do próprio processo de urbanização, tiveram melhoras – como expectativa de vida e matrículas escolares. No entanto, houve queda da renda per capita (a média anual baixou de 7,071.70 para US\$ 7,037.00) e piora dos investimentos nas áreas sociais.

DISCURSO FALSO

Na cerimônia de posse do seu quarto ministro do Desenvolvimento, em agosto, FHC bravateou: “É como se fosse um novo tipo de independência. Ou se exporta ou se morre”. Mas não empolgou sequer o seletor público de convidados. E não é para menos. Quando tomou posse, em 1995, o Brasil tinha um saldo no comércio exterior de mais de 10 bilhões de dólares, que se repetia desde 1984. Mas com sua política de destruição da nação, o déficit na balança comercial tornou-se crônico – US\$ 5,6 bilhões em 96; US\$ 6,8 em 97; US\$ 6,6 bilhões em 98; e US\$ 1,3 bilhão em 99.

o presidente por crime de omissão ao congelar os salários do funcionalismo. Para evitar problemas jurídicos e esvaziar a greve, o governo então anunciou um reajuste linear de... 3,5%.

“Esse reajuste é uma vergonha. Não cobre nem a inflação prevista para este ano, quanto mais as perdas acumuladas. Ele revoltou ainda mais os trabalhadores”, garante Vladimir Nepomuceno, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde e Seguridade Social. A greve geral, iniciada em 22 de agosto, atingiu rapidamente elevado nível de adesão. Na Bahia, um dos destaques do movimento, paralisou 70% do funcionalismo. Das 52 universidades federais do país, 37 tiveram a paralisação dos docentes logo no primeiro dia, reforçando a greve dos técnicos administrativos iniciada bem antes, em 25 de julho.

Os grevistas reivindicam 75,48% de reajuste, mas esbarram na total intransigência do governo. Nas tentativas de audiência nos ministérios, a desculpa apresentada é sempre a do déficit público. Há ainda o novo acordo com o FMI, que exige maior economia de recursos públicos para pagar juros e encargos das dívidas. Mas como diz o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, professor da Fundação Getúlio Vargas, estas respostas não convencem mais a própria sociedade. “O argumento da escassez de recursos, sempre trazido à baila para negar ou restringir o reajuste salarial dos servidores, nunca foi obstáculo para a ampliação de despesas de outro tipo, como o socorro a bancos quebrados ou o pagamento dos juros da dívida pública, inflados pela extravagante política monetária do Banco Central”.

CAMPANHA UNIFICADA

Nos próximos meses, a resistência dos trabalhadores ao desmonte neoliberal pode adquirir contornos ainda mais nítidos. É que a partir de setembro ocorrem as campanhas salariais de categorias estratégicas, como a dos metalúrgicos, bancários e petroleiros. São mais de 10 milhões de trabalhadores no país inteiro que irão enfrentar a primeira campanha salarial do racionamento. “Será uma campanha difícil, devem acontecer greves, mas não vamos aceitar o discurso da crise para abrir mão do aumento real”, garante João Felício. A central inclusive lançou, em 17 de agosto, a campanha salarial unificada, com várias reivindicações específicas e uma bandeira comum: a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.

Segundo Sérgio Mendonça, diretor técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos), “certamente será um semestre tenso”. Além da recessão mundial e da crise argentina, ele elenca o racionamento de energia como um ingrediente inflamável do período. “Não há dúvida de que haverá desaquecimento da economia, e isso pode afetar o emprego”. Tanto isso é real que várias empresas já deram férias coletivas, algumas anunciaram demissões e a CNI (Confederação Nacional das Indústrias) orientou suas filiadas a ter como eixo das negociações a introdução do banco de horas.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES) e editor da revista *Debate Sindical*. Correio eletrônico: aaborges@attglobal.net

"CUT/Bahia aposta nas lutas e tem dado certo"

Nos últimos meses, a Bahia tem sido palco de intensas lutas sociais, ganhando projeção na mídia nacional. Primeiro foram as passeatas e os criativos protestos de rua pela instalação da CPI da corrupção e a cassação do senador ACM, envolvido no escândalo do painel eletrônico; depois foi a radicalizada greve das polícias militar e civil, com soldados encapuzados e ocupação de quartéis; agora é a greve dos servidores públicos federais, que atinge um dos maiores índices de adesão do país, com protestos massivos e quase diários.

À frente desta onda de mobilização está a CUT/Bahia, que elegeu a sua nova direção em março passado, num acirrado processo de disputa interna. Everaldo Augusto, liderança dos bancários baianos e o novo presidente da segunda maior seção da CUT no Brasil, fala nesta entrevista sobre as razões deste ascenso.



■ Everaldo Augusto, recém-eleito presidente da CUT/Bahia, discursa em manifestação no Pelourinho, centro de Salvador

Debate Sindical: A CUT/Bahia está em alta, nas páginas dos principais jornais do país. O que explica tamanha projeção? O que mudou no estado e na CUT estadual?

Everaldo Augusto: As lutas desenvolvidas na Bahia é que dão visibilidade às ações da CUT estadual. O ciclo de greves e manifestações aqui no Estado, iniciado em abril e que ainda não terminou, revela que a falência do modelo neoliberal coincide com a reativação do movimento popular e sindical.

Há na Bahia, inegavelmente, uma mudança de atitude das direções sindicais no que diz respeito à decisão de apostar na capacidade de resistência dos trabalhadores. As campanhas

salariais têm sido dirigidas, desde o primeiro momento, para a construção de greves. Isto tem dado certo. De abril até agora é uma greve emendando na outra. A radicalidade também é um elemento presente nestas mobilizações. Não dá para enfrentar o drama do desemprego e do arrocho salarial com um tipo de sindicalismo "bem-comportado".

Outro fator decisivo para o sucesso destas mobilizações é o enfrentamento do "carlismo". O grupo do ex-senador Antônio Carlos representa uma concentração de poder sem paralelo no país. Com base nesta força, transformou a Bahia num laboratório das políticas neoliberais. Tudo que era público foi privatizado, até a fábrica de

“Há na Bahia uma mudança de atitude das direções sindicais no que diz respeito

remédios para tuberculosos. O sentimento de indignação criado veio às ruas em abril no movimento pela cassação de ACM, no qual a juventude e os aposentados desempenharam papel decisivo.

Por outro lado, é inegável que a CUT/BA mudou. Talvez isto tenha interferido neste quadro. Ela deixou de ser uma administradora de projetos do FAT para se tornar pólo de unidade e luta contra o neoliberalismo e o “carlismo”. Existe uma nova hegemonia na central no Estado, na qual a Corrente Sindical Classista tem a maioria, mas que é constituída também por outras tendências, todas comprometidas com o socialismo, que se contrapõem ao sindicalismo propositivo e apostam na luta.

Temos participado de todos os movimentos, até onde não somos chamados. Se a gente vê no movimento algo importante para avançar a luta, nos apresentamos, quebramos resistências e nos colocamos no nosso papel de interlocutores e de direção política dos trabalhadores.

O congresso da CUT na Bahia foi bastante disputado, com alteração de data e incontáveis recursos. Qual a razão de tamanha disputa? O que estava em jogo?

Everaldo Augusto: A CSC sempre foi maioria na Bahia. Dirigimos todos os sindicatos operários no Estado, à exceção do ramo químico/petroleiro. Estamos à frente dos sindicatos de servidores públicos estaduais, da área de serviços, de profissionais liberais. Dirigimos, com uma política avançada, a Fetag e a

“A CUT/BA é a seção com maior número de filiados da central no país, 370 entidades; é sempre a segunda maior delegação nos fóruns da central; por isso, é estratégica”

maioria dos STRs. Só que por questões prosaicas, congressuais, nunca conseguimos expressar esta força nos congressos da CUT.

O Cecut foi suspenso pela direção nacional em julho do ano passado por conta das denúncias de que a antiga direção manipulou as regras para ter maioria antecipada no congresso. A suspensão foi uma vitória dos delegados, que estavam determinados a não aceitar mais este tipo de coisa. O Cecut só foi realizado em março último, com a preservação do mínimo de transparência e democracia no processo eleitoral.

A CUT/BA é a seção com maior número de filiados da central no país, 370 entidades; é sempre a segunda maior delegação nos fóruns nacionais da CUT. Ela é estratégica para os rumos da central e para o futuro de um Estado onde se constrói a possibilidade concreta de uma virada histórica na política local. Isto é o que estava em jogo.

Quais os planos de trabalho da nova direção estadual da central?

Everaldo Augusto: No período anterior, a CUT foi marcada pela omissão. A tarefa principal é reconstruir a sua ligação com as

oposições, imprensa, movimentos sociais e até com parcelas que antes eram hostilizadas, como é o caso dos trabalhadores rurais e da Fetag. Chamamos estas iniciativas de parcerias estratégicas com o movimento comunitário, estudantil, anti-racista e outros que contestam o neoliberalismo. No âmbito institucional, o objetivo é fazer com que a CUT contribua na consolidação da frente de oposições a FHC e ao “carlismo”.

Conseguimos superar a idéia, que já tinha tomado corpo, de que a CUT não servia para nada. Sindicalistas, militantes de esquerda e até trabalhadores sem engajamento sindical diziam isso. Estamos rompendo com esta imagem. Hoje todos vêem que a central tem importante papel a cumprir. Estamos resgatando a história da CUT sem excluir ninguém, sem priorizar a luta fraticida entre as correntes.

Isto tem feito com que inúmeros sindicatos inadimplentes voltem a pagar e que outros tantos se filiem. As reuniões da executiva são semanais e abertas aos sindicatos. Realizamos, em média, uma plenária por mês. Isto não ocorria há quatro anos. Desta forma, garantimos a democracia e a sintonia com a conjuntura. Outra iniciativa de vulto é a da construção de uma rede de CUTs regionais em todo o Estado.

E qual tem sido a estratégia de enfrentamento da Força Sindical, que resolveu investir na Bahia?

Everaldo Augusto: Durante o regime militar, houve uma intensa renovação no sindicalismo baiano, dirigida pelas oposições e

à decisão de apostar na capacidade de luta e resistência dos trabalhadores”

partidos de esquerda. Um a um, os pelegos foram sendo expulsos dos sindicatos. Agora eles estão de volta. Alguns são ainda os velhos pelegos derrotados, mas dentro de uma nova estratégia. A vinda para a Bahia da “Farsa Sindical” está dentro da estratégia do neoliberalismo de tentar neutralizar o sindicalismo combativo.

Ela chega à Bahia pelas mãos do “carlismo”. Seu patrono é o prefeito de Camaçari, José Tude (PFL), onde está instalada a Ford. Mas ela não vem para disputar o espaço democrático das entidades. Ela chega para dividir, criando entidades fantasmas. Convoca assembléias “pró-forma” para fundar sindicatos na base dos metalúrgicos, vigilantes, construção civil, limpeza e petroleiros. Quando os trabalhadores, mobilizados pela CUT, comparecem para votar contra, são impedidos pela polícia e pelos capangas. São arremedos de assembléias, dirigidas por funcionários graduados da prefeitura de Camaçari, que contam apenas com crianças e idosos recrutados nos bairros

pobres das cidades vizinhas, ao preço de vinte ou dez reais.

No 1º de Maio deste ano, a Força Sindical realizou, a exemplo de São Paulo, um megashow em Camaçari. A Ford forneceu carro para sorteio e dezoito empresas, mais a prefeitura, bancaram o restante. Distribuíram cupons de sorteio nas cidades da região metropolitana e levaram bandas de Axé, as mesmas que tocam nos comícios do PFL. Mas nem por isso nos intimidamos.

Realizamos, junto com a Fetag e os sindicatos operários, o verdadeiro ato de 1º de Maio, que

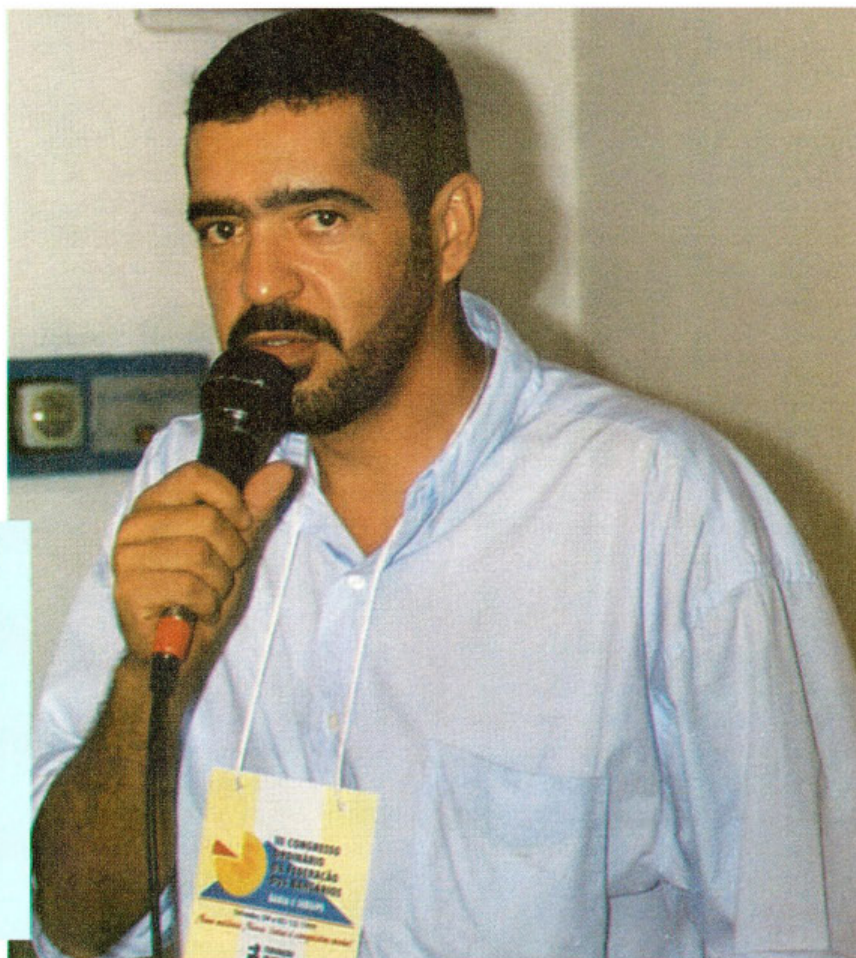
foi considerado o maior já ocorrido na cidade.

As investidas da Força Sindical têm trazido à tona o debate sobre unicidade sindical. Vários companheiros que se posicionavam contra, por uma questão de alinhamento na central, hoje já admitem abertamente a necessidade da unicidade como instrumento político de defesa da organização dos trabalhadores.

Como você analisa a orientação nacional imprimida na CUT?

Everaldo Augusto: Há um

“Não será com a atual estratégia da CUT que os trabalhadores vão reagir; é preciso superar este tipo de sindicalismo bem-comportado, negocial e institucionalizado”



Manoel Porto

“CUT/BA deixou de ser uma administradora de projetos do FAT para se tornar um pólo de unidade e luta contra o neoliberalismo e o poder do ‘carlismo’”

movimento contraditório na CUT. A tentativa de social-democratização da central contradiz com a sua base radicalizada. A força majoritária materializa esta estratégia com a proposta do “sindicato cidadão”, cuja referência deixa de ser a classe operária e os trabalhadores, para ser o vago conceito de cidadão. Ela prioriza a negociação desvinculada da mobilização, o que só desarma os trabalhadores. Mas esta estratégia entra em choque com o sentimento da base, que quer uma saída de confronto com as políticas em vigor.

Esta postura da CUT dificulta a retomada das lutas. Lógico que existem os problemas objetivos. O mundo não está cor de rosa para os trabalhadores. O estrago causado pelo neoliberalismo é grande. O trabalho precário, a informalidade e a desregulamentação constituem o inferno astral dos sindicatos. Mas, mesmo assim, cabe a pergunta: Diante disso, o que fazer? É evidente que não será com a atual estratégia da central que os trabalhadores vão reagir. É preciso superar este tipo de sindicalismo bem-comportado, institucionalizado ao extremo, negocial e de parceria que tomou conta da CUT.



■ Edson Pimenta, presidente da Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia) e dirigente eleito da CUT estadual, fala em ato de protesto

Por último, uma pergunta sobre a explosiva greve da polícia baiana. Qual foi o seu rescaldo?

Everaldo Augusto: A greve da PM e da polícia civil, na Bahia, foi a única no país que teve a participação direta da CUT. Basta dizer que o quartel-general da greve foi o Ginásio de Esportes do Sindicato dos Bancários, situado a 200 metros do comando da PM. A CUT dirigiu assembléias e organizou uma rede de solidariedade. Isto foi importante para a duração e ampliação do movimento. Dezesete categorias de servidores públicos e do setor privado paralisaram o trabalho durante quinze dias. Foi uma greve geral prolongada.

Principalmente na última semana, a Bahia ficou sem governo. ACM viajou para o exterior, o governador ficou ilhado no Palácio de Ondina, os secretários sumiram, os prefeitos “carlistas” fizeram o mesmo, os juízes não eram encontrados. Diz-se que uma “pule” do jogo do bicho tinha mais valor do que um

decreto de César Borges. As grandes redes de televisão e jornais nacionais destacaram equipes para cobrir a greve. Nos quartéis, viam-se cenas e personagens que pareciam ter saído dos filmes de Serguei Eisenstein. Após a greve, para retomar alguns quartéis comandados pelos grevistas, foi preciso montar uma contra-operação militar, com a presença do governador, do comandante geral da PM e com acordo dos grevistas. Foi o caso do quartel dos bombeiros, cujo comandante havia sido expulso pelos soldados.

Nos marcos do endividamento do Estado, a greve obteve vitórias, embora numa proporção menor do que a sua intensidade. Tanto as greves da PM e dos demais servidores jogaram por terra a política salarial do governo. Trabalhadores privados, como vigilantes e da limpeza, também conquistaram acordos vantajosos.

Entrevista concedida ao jornalista Altamiro Borges

MARCIO POCHMANN

Os ciclos econômicos de origem política

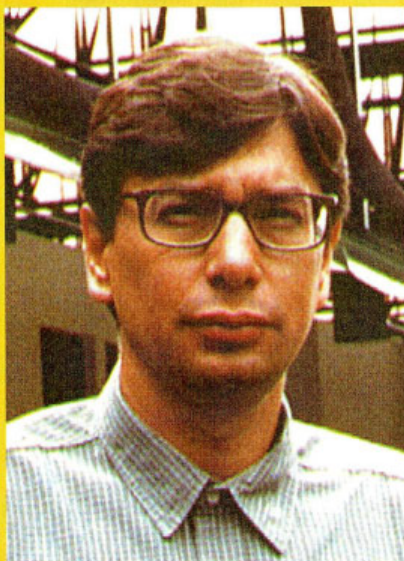
O Brasil vem, desde o último trimestre de 1999, registrando índices positivos de recuperação econômica, após quase dois anos de desaceleração do PIB. A oscilação nos níveis de atividade econômica tem sido uma marca da evolução do país desde 1980, desprovida de crescimento econômico sustentado.

Nessas condições, seria uma ingenuidade acompanhar o desempenho da economia desassociado do olhar da política. Não parece ser coincidência observar que em anos eleitorais não se nota evolução negativa do PIB. As duas últimas décadas estão repletas de exemplos.

SENSÍVEL AOS VOTOS

Nem mesmo no governo militar, como nas eleições de 1982, houve queda na produção, a despeito da grave crise da dívida externa que o país experimentava. Da mesma forma, verifica-se algo parecido no ano de 1986, quando as eleições inibiram as modificações necessárias no Plano Cruzado, a não ser alguns dias depois de encerrado o processo eleitoral com a vitória esmagadora dos partidos governistas.

Pode-se também lembrar dos anos de 1994 e de 1998, quando a manifestação das crises financeiras do México e da Rússia, respectivamente, chegou a



Governo tenta conformar ciclo favorável com objetivos eleitorais

contaminar a economia brasileira, embora despistada imediatamente pelos condutores da política governamental. Bastou a finalização da contagem dos votos para que a política macroeconômica fosse rapidamente alterada.

Do ponto de vista teórico, o economista polonês Michal Kalecki apresenta algumas pistas interessantes a respeito da concepção e formação de um ciclo econômico de origem política. Suas posições referem-se à década de 40, especialmente sobre as inter-relações entre a política e economia nos países capitalistas avançados.

Nos marcos da democracia representativa, os governos são sensíveis ao processo eleitoral, pois ocorrem geralmente submetidos a pressões de empresas, de sindicatos, de partidos e de outros grupos

organizados. Dessa forma, os interesses de condução da política macroeconômica do governo refletem decisões políticas, muitas vezes associadas ao calendário eleitoral.

ÁGUA FRIA NO AQUECIMENTO

Depois disso, tomando-se como referência a evolução recente da economia brasileira, pode-se chegar à conclusão de que o governo federal dá sinais de procurar conformar um ciclo econômico favorável, sustentado por uma decisão político-eleitoral. O que não é grave, por si só.

Mas há riscos nesta decisão, referindo-se a uma hipótese heróica. Ou seja, de que o país tem fôlego para ir bem, pelo menos até as eleições de 2002, e de que nos cenários externos e internos não ocorram intempéries que possam comprometer o ciclo econômico favorável.

Embora possível de dar certo, deve-se destacar que no ano de 2001 isso tudo parece estar comprometido. A crise energética, o salto inflacionário, o choque de juros e o recente acordo com o FMI colocam água fria no aquecimento econômico.

Ademais, o ambiente externo não dá sinais de ser "céu de brigadeiro". Nesses termos, serve de conforto a observação da economista inglesa Joan Robinson que dizia, nos anos 60, que "para a maioria dos problemas de hoje, as respostas econômicas eram fundamentalmente questões de ordem política".

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp/SP (licenciado) e secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do município de São Paulo. Correio eletrônico: marciop@prefeitura.sp.gov.br



EDMILSON COSTA

A implantação da Área de Livre Comércio das Américas transformará cada país do continente em Estados norte-americanos informais; é uma nova forma de anexação

Alca: a recolonização sofisticada

A história tem ensinado que as relações entre os países capitalistas não são movidas pela busca de acordos mutuamente vantajosos, mas por interesses objetivos. As nações que não entendem este procedimento costumam pagar um preço muito alto. Em vários momentos, bandeiras aparentemente simpáticas foram levantadas para consolidar o poder de impérios no mundo. O império romano costumava invadir os países sob o pretexto de levar a civilização aos povos bárbaros. A Inglaterra se utilizou do livre-comércio para construir sua hegemonia mundial por mais de dois séculos; e agora os Estados Unidos se utilizam do pretexto da integração para transformar o continente americano num domínio exclusivo yanque.

Realmente, o que está por trás da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) não é nenhum objetivo de integrar o continente, para construir seu desenvolvimento, mas um projeto estratégico norte-americano para ampliar suas fronteiras econômicas e sua posição de

potência hegemônica mundial, num mundo onde não existe mais o contraponto socialista. Um dos passos dessa estratégia é exercer o domínio completo do continente – econômico, político e militar – de forma a construir uma plataforma sólida e disciplinada para enfrentar possíveis contestações dos outros pólos imperialistas.

O que interessa realmente aos EUA é o mercado consumidor brasileiro, as grandes estatais que não foram privatizadas e a biodiversidade amazônica

Para os países periféricos da região, a implantação da Alca significa uma recolonização sofisticada, uma vez que transformará cada país das Américas em Estados norte-

americanos informais. Trata-se agora de uma nova forma de anexação, para a qual não são mais necessários as frotas e os canhões como no passado, mas mecanismos mais sofisticados de dominação imperial, como o poder econômico e político das transnacionais, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Conselho de Segurança da ONU, etc.

A tendência geral é a perda do que ainda existe de soberania: desmantelamento dos Estados Nacionais e privatização do que resta de empresas públicas; ampliação da hegemonia das transnacionais nos ramos produtivos em que ainda não dominam; tendência à substituição das moedas nacionais pelo dólar; a exemplo do que já acontece com o Equador, o Panamá e, disfarçadamente, com a Argentina; redefinição do *status* das forças armadas nacionais, que passarão a exercer papel de polícia, afinal as forças de deslocamentos rápidos, estruturadas nos Estados Unidos, serão suficientes para resolver

qualquer disputa na região; ampliação do desemprego, da miséria e, conseqüentemente, da repressão ao movimento social, em função do acirramento das lutas sociais.

INTEGRAÇÃO DESAGREGADORA

Neste contexto, qual o papel do Brasil? Em nosso entendimento, o Brasil representa um caso particular, pois sem ele não tem sentido a Alca. Afinal, o que interessa realmente ao grande capital americano é o mercado brasileiro, as grandes estatais que ainda não foram privatizadas e a biodiversidade amazônica. No entanto, caso haja a integração, o Brasil será mais prejudicado que os outros países da América, em função do porte de sua economia e do grau de industrialização até aqui conseguido.

Por que a integração nestes moldes é prejudicial ao país? O primeiro ponto a ser abordado é a desproporção entre as duas economias e o dinamismo tecnológico das empresas norte-americanas. A economia dos EUA possui um PIB de cerca de US\$ 9

O poder econômico e sofisticação tecnológica proporcionam às transnacionais um poder de competitividade desigual em relação às empresas brasileiras

trilhões. Já o PIB brasileiro é de cerca de US\$ 500 bilhões, portanto cerca de 18 vezes menor. De acordo com o último levantamento da Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, das cinco maiores corporações transnacionais do mundo quatro são norte-americanas (GE, GM, Ford, Exxon). Para se ter uma idéia, somente as vendas globais destas quatro empresas somam US\$ 515 bilhões, portanto maiores que o PIB brasileiro.

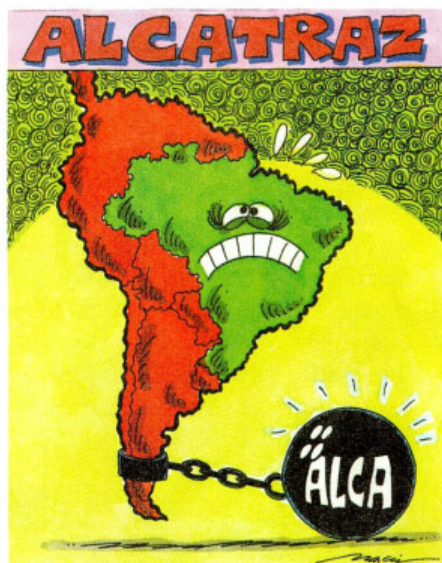
Mas a superioridade da economia norte-americana não pode ser vista apenas do ponto de vista quantitativo. Tecnologicamente, as empresas americanas são muito superiores que as brasileiras, pois uma das particularidades do grande capital oligopolista é concentrar a tecnologia de ponta nos países de origem. Dessa forma, poder econômico e sofisticação tecnológica vão proporcionar a essas corporações um poder de competitividade profundamente desigual em relação às empresas brasileiras, cujo resultado a médio prazo será a absorção ou o fechamento das empresas que ainda possuem alguma autonomia nacional.

Além disso, como a estratégia norte-americana busca assegurar a maior liberdade de ação possível para suas corporações, é lógico

que procurarão realizar acordos que inviabilizem a regulação estatal da economia, retirando assim do Estado o poder de investir, fiscalizar ou mesmo legislar contra o capital estrangeiro. Estarão assim escancaradas as portas para que as transnacionais dominem completamente o continente. Aliás, esse objetivo eles sequer escondem: basta ler o general Colin Powell, homem forte do governo Bush, para entender as verdadeiras razões da Alca: "Nós poderemos vender mercadorias, tecnologias e serviços americanos sem obstáculos ou restrições, dentro de um mercado único de mais de 800 milhões de pessoas, com uma renda total superior a US\$ 11 trilhões, abrangendo uma área que vai do Ártico ao Cabo Horn".

HIPOCRISIA DO LIVRE COMÉRCIO

A propaganda alardeada pelos órgãos de comunicação da elite colonizada é a de que a integração visa a prosperidade dos países e que o Brasil terá enormes vantagens com a eliminação progressiva de todas as barreiras impostas à livre circulação de mercadorias e investimentos entre as nações do continente. Citam como exemplo os Estados Unidos. No entanto, se observarmos mais detalhadamente a chamada abertura da economia norte-americana, particularmente no que se refere ao Brasil, veremos que os índices apresentados por Washington são apenas de fachada. Os EUA costumam alardear que as alíquotas de importação em seu país estão por volta de 6%. No entanto, no comércio com o Brasil pode-se ver claramente que esse índice não corresponde aos fatos. Pois o



**EUA criticam países
que protegem as suas
economias, mas
escondem os seus 13
programas de subsídio
à exportação de
produtos agrícolas**

governo dos EUA desenvolveu um conjunto de mecanismos, como fixação de cotas, barreiras não-tarifárias e subsídios para proteger a sua economia.

Por exemplo, os EUA impõem tarifas altas para um conjunto de produtos brasileiros, como soja, suco de laranja, calçados, artigos de couro, têxteis, fumo e produtos siderúrgicos. Além disso, impõem cotas restritivas para o açúcar, produtos que contêm álcool etílico e barreiras fitossanitárias que inviabilizam a exportação de frutas, vegetais e carne bovina e produtos lácteos. Resultado dessas restrições é que as exportações agrícolas brasileiras para os Estados Unidos caíram 20,5% entre 1989 e 2000.

O governo norte-americano gosta de criticar os países que subsidiam sua atividade econômica, mas esquece os seus 13 programas oficiais de subsídios à produção e exportação de produtos agrícolas. Paladinos da "livre concorrência", os EUA dificultam o acesso de estrangeiros ao importante mercado de compras governamentais; limitam os investimentos estrangeiros em telecomunicações (20 a 25%) e companhias aéreas (49%). Proíbe a prática de cabotagem por navios construídos ou reconstruídos fora



Jesus Carlos/Imagemlinea

**Colin Powell, homem
forte do governo Bush,
revela caráter da Alca:
"Poderemos vender
mercadorias, tecnologia
e serviços sem
obstáculo ou restrição"**

dos EUA; e emenda de 1998 permite que o presidente norte-americano suspenda qualquer operação de investimento

estrangeiro que julgue lesiva à segurança nacional, entre outros.

Por tudo isso, o Brasil deve rejeitar a integração à Alca nos moldes estabelecidos pelos EUA e buscar um outro tipo de integração, que tenha como norte os interesses dos povos americanos e não dos oligopólios imperialistas.

Edmilson Costa é doutor em economia pela Unicamp e pós-doutorando no IFCH-Unicamp/SP



Jesus Carlos/Imagemlatina

A crise latente do dólar

A recessão mostra a cara nos EUA e um mau presságio domina o espírito de algumas vedetes da economia política: o da queda iminente do dólar

UMBERTO MARTINS

Na onda de um ciclo de crescimento que durou mais de nove anos e fomentou muitas ilusões, a moeda norte-americana acumulou expressiva valorização frente ao euro e ao iene, ajudando a fortalecer a imagem de que a nova ordem, anunciada em 1991 por George Bush (o pai), era mesmo realidade. O mercado editorial foi pródigo na previsão da falência do euro, o rebento mais notável da União Européia, enquanto a persistente estagnação da economia japonesa justificava

os prognósticos de um futuro incerto e decadente para o iene.

Nesses dias, quando a recessão mostra a cara nos EUA, um mau presságio parece dominar o espírito de algumas vedetes da economia política: o da queda iminente do dólar. O coro dos que andam anunciando tal novidade foi reforçado pelo próprio FMI. Em relatório sobre a economia norte-americana divulgado em 14 de agosto, afirma que o dólar está sujeito “a um forte declínio” em função do

extravagante comportamento das contas correntes dos EUA, classificadas com propriedade como o “calcanhar-de-aquiles” do império.

A vida é também uma sugestão de que não se deve levar muito a sério as previsões do FMI, geralmente equivocadas por excesso de otimismo (como nos relatórios anteriores à chamada “crise asiática”), mas igualmente desmentidas quando primam pelo pessimismo. De qualquer forma, a preocupação com o destino da

moeda norte-americana encerra uma verdade econômica mascarada pela ideologia dominante: a valorização do dólar é artificial, carece de fundamento econômico e isto significa que seu declínio é inevitável.

PARASITISMO DA POTÊNCIA

Assim como o crescimento econômico criou as bases para a atual crise cíclica, de superprodução, a alta do dólar ao longo dos últimos anos parece ter conduzido a moeda dos EUA à beira de um precipício. Afinal, a médio e longo prazo o valor de equilíbrio de uma moeda é determinado pelo desempenho das contas externas, sendo sinalizado principalmente pelas balanças comercial e em conta corrente. Orientado pela hegemonia do império e a incansável guerra ideológica movida pelos meios de comunicação, o senso comum americano imagina que esta verdade, elementar para o real brasileiro e o peso argentino, não se aplica ao dólar. Uma vã ilusão.

O economista Paul Krugman, para quem “o inevitável declínio do dólar virá mais cedo do que se espera”, estima que o déficit em contas correntes dos EUA quadruplicou desde 1995, atingindo US\$ 450 bilhões – o equivalente a 4,5% do PIB. Como em qualquer outro país do globo, o rombo tem de ser coberto pelo capital excedente de outras nações, proveniente no caso principalmente das potências européias e do Japão. Aliás, o déficit em conta corrente corresponde, por definição, ao hiato entre poupança (que nos EUA é zero) e investimento, razão pela qual foi também o verdadeiro motor do crescimento verificado

durante os anos 90, sendo a um só tempo sinal de prosperidade e decadência.

Recorrente desde 1971, o déficit comercial norte-americano constitui a mais perfeita tradução do parasitismo, um vício irrefreável das potências imperialistas hegemônicas, e está na raiz do desequilíbrio nas contas correntes, observado desde 1982. A trajetória desses déficits tem sido um notável desafio àquilo que o professor norte-americano Lester Thurow considerou “as regras fundamentais da gravidade econômica”.

Não é a primeira vez que economistas anunciam a iminência da queda do dólar, mas a história, embora apressada pelas revoluções tecnológicas, não caminha no ritmo das inquietações individuais. Ninguém pode afirmar com segurança que a possibilidade de uma depreciação mais violenta do dólar se transformará em realidade da noite para o dia. A respeito do tema, é bom lembrar o raciocínio feito por Lester Thurow no livro *O futuro do capitalismo*: “A pergunta não é se irá ou não ocorrer um terremoto. Certamente irá. A única pergunta é quando e se ele ocorrerá como um grande choque ou como uma série de choques menores, que produzem menos danos”.

AGRESSÃO IMPERIALISTA

A recessão pode precipitar a

Sustentado por investimentos estrangeiros, o crescimento dos EUA produziu déficit externo de 4,5% do PIB

queda. O declínio dos lucros e a audaciosa aposta do Fed (banco central dos EUA) na redução dos juros tendem a tornar cada dia menos atraentes os investimentos em ativos norte-americanos. Quando a fonte do financiamento do déficit externo secar terá chegado a hora da verdade para o dólar. Alguns observadores identificam na recente alta do euro e no aumento dos investimentos estrangeiros na Alemanha os sinais de que o momento crítico está chegando. Vamos ver.

São misteriosos os desígnios do dinheiro, fonte primária de poder e prestígio. A ciência econômica parece corroborar a impressão popular de que o valor de uma moeda reflete a força econômica relativa de uma nação. O provável declínio do dólar, evidência de fraqueza e empobrecimento dos EUA, será o preço do seu parasitismo e uma medida confiável do processo de sua decomposição econômica.

É relevante observar que a situação econômica pouco confortável dos EUA (apesar das aparências em contrário) vem provocando o recrudescimento do protecionismo naquele país e agravando a tendência, cada dia mais forte, de apelar ao poderio bélico (sempre com pretextos humanitários) para sustentar e ampliar suas posições imperialistas. Num momento em que os tambores de uma nova guerra batem às portas do Amazonas, anunciando uma criminosa agressão contra a Colômbia, é bom colocar as barbas de molho e preparar o espírito do nosso povo para lutas mais enérgicas em defesa da soberania e da autodeterminação das nações.

Umberto Martins é jornalista, assessor da secretaria nacional de políticas sindicais da CUT e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

Recursos do FAT

O que fazer?



Honoré Daumier (1808-1879)/Terceira Classe

O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) tem gerado cada vez mais controvérsias nos meios sindicais. Alguns sindicalistas são enfáticos na defesa da utilização dos vultuosos recursos deste fundo público, que é administrado de forma tripartite; outros afirmam que este dinheiro gera distorções na prática sindical, inclusive indícios de corrupção, e perda de autonomia diante do Estado. Para aprofundar a reflexão sobre este tema explosivo a *Debate Sindical* solicitou opiniões diferenciadas de três dirigentes da CUT.

As distorções na aplicação

O FAT deve atender os trabalhadores e não servir a uma meia

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Seus recursos são compostos pelas contribuições do PIS/Pasep e de parte do Imposto Sindical. A partir da Constituição de 88, eles foram destinados ao custeio dos programas de seguro desemprego, qualificação e requalificação profissional, abono salarial e aos "projetos de desenvolvimento" do BNDES.

A maior parte dos recursos (R\$ 30 bilhões) até hoje ficou com o BNDES, para o "programa nacional de desestatização". Na década de 90, cerca de 85% das empresas estatais foram privatizadas. Neste processo, mais de 150 mil demissões diretas e perto de 400 mil indiretas foram homologadas no país.

O seguro-desemprego, instituído e financiado pelo FAT, determina o pagamento ao demitido de um valor dividido entre três e cinco parcelas. Este pagamento representava, na década de 80, o período médio de procura por emprego. Hoje, a procura se estende por mais de 15 meses. Com esta nova realidade, o seguro deveria ser estendido a um maior número de desempregados e por um período superior ao praticado.

O abono de um salário, pago aos trabalhadores que recebem até três mínimos mensais, é outro programa financiado pelo FAT que deve ser reformulado. Ele necessita de uma ampla campanha de divulgação para

evitar o ocorrido em 2000, quando 28% dos trabalhadores não foram sequer receber o abono.

DESTINO COMPLEXO

Mas é no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) que o FAT é mais questionado. Este programa divide-se em duas esferas. A primeira, sob a orientação e supervisão das comissões estaduais e municipais de emprego, mediante convênios firmados entre entidades de trabalhadores, de empresários, ONGs e governos. A segunda, via Codefat, que firma parcerias com agências formadoras nacionais, incluindo entidades de educação profissional pública e privada, centrais sindicais e entidades patronais.

No plano estadual, os recursos do FAT são distribuídos por uma comissão tripartite, com representação do governo estadual, dos empresários e dos trabalhadores. A comissão estadual define as entidades executoras, aptas a desenvolver e aplicar os cursos de qualificação e requalificação. As selecionadas recebem 40% dos recursos; os 60% restantes são destinados às comissões municipais de emprego.

Dos 40% que ficam na comissão estadual, a menor parte é alocada para as entidades dos trabalhadores, sendo que uma parcela significativa financia projetos de empresas privadas, responsáveis em grande medida

A maior parte dos recursos do FAT serviu ao "programa de desestatização" do BNDES, que privatizou cerca de 85% das estatais e gerou mais de 450 mil demissões

do dinheiro público

dúzia de sindicalistas corruptos tutelados por FHC

pelo alto índice de desemprego. Já no plano municipal, as verbas estão sendo destinadas para atender aos interesses políticos provinciais de prefeitos, secretários e de governos estaduais.

No plano nacional, a situação é ainda mais complexa e problemática. Os recursos são destinados às entidades nacionais, através do Codefat (comissão tripartite), e são fiscalizados pelo Ministério do Trabalho. Entre as receptoras destes recursos estão as universidades privadas, o “Sistema S”, as escolas e fundações de caráter público, as ONGs, o sistema público de ensino técnico e as centrais sindicais.

Nestes últimos meses, várias denúncias sobre o uso irregular de recursos do FAT foram feitas pela mídia. A mais bombástica envolveu o Instituto Teotônio Vilela, ligado ao PSDB. O processo de corrupção está relacionado diretamente ao volume de recursos deste fundo (que passou dos R\$ 28 milhões, em 1995, para aproximadamente R\$ 500 milhões em 2000) e à falta de fiscalização e de transparência no seu uso.

APLICAÇÃO DISTORCIDA

O que ocorre nas entidades patronais e governamentais, que desviam recursos públicos, deve ser motivo de intensa investigação, denúncia e processos. Porém, é nas entidades dos trabalhadores que devemos nos concentrar neste momento.

No ano de 2000, cerca de R\$ 120 milhões foram destinados às cúpulas das centrais sindicais. Estas receitas são aplicadas em três frentes: nas agências de emprego e renda; nos cursos de qualificação e requalificação profissional; e na disputa pela hegemonia do sindicalismo.

No primeiro caso, os recursos são destinados à criação e manutenção de agências públicas de empregos, atreladas à Força Sindical, SDS, CGT e CUT. Fica evidente a distorção quanto ao caráter e ao papel da central sindical. Não é função dela procurar emprego, ainda mais no atual quadro de desemprego causado pela globalização neoliberal. Uma central deve concentrar sua ação na denúncia das políticas geradoras de desemprego. Estas agências acabam transformando o desempregado em instrumento de disputa sindical e desviam a atenção dos trabalhadores sobre os verdadeiros responsáveis pelo desemprego.

A segunda forma de aplicação dos recursos são os cursos de qualificação e requalificação profissional. A baixa qualificação dos brasileiros foi a desculpa encontrada pelo governo e pelos empresários para culpar os trabalhadores pelo seu desemprego, que seria causado pelas novas tecnologias. Esta propaganda falsa precisa ser desmascarada. Primeiro, porque as novas tecnologias foram aplicadas em empresas de ponta da cadeia produtiva e de serviços;

segundo, porque o desemprego é causado principalmente pelo baixo crescimento da economia nacional; e terceiro, porque mais de 80% dos empregos no país são gerados pelo setor público e pelas pequenas e médias empresas, que pouco avançaram na automação.

NEO-SINDICALISMO DE ESTADO

Os milhões de reais destinados às centrais para desenvolver cursos de capacitação não têm cumprido seu objetivo. Conforme dados do próprio Ministério do Trabalho, apenas 3% dos trabalhadores que passaram por estes cursos foram incorporados no mercado de trabalho. Cursos de computação e de corte e costura, entre outros, não resolvem a questão educacional e de emprego no país. Podem, sim, resolver o problema financeiro das centrais, que desviam dinheiro e contratam militantes para aplicar tais cursos, geralmente com altos salários.

Por último, é inadmissível que grande parte dos recursos do FAT seja canalizada para a disputa de hegemonia no sindicalismo brasileiro. Este dinheiro está sendo utilizado para criar sindicatos e comprar direções, dirigentes e ativistas sindicais. O movimento sindical classista não pode transigir, em nenhuma hipótese, diante deste neo-sindicalismo de Estado, pelego, financiado com o dinheiro público. É preciso dar uma basta nesta corrupção, rediscutindo todo o processo que envolve o dinheiro do FAT – que foi criado para atender aos trabalhadores e não para servir a uma meia dúzia de políticos, empresários e dirigentes sindicais corruptos tutelados pelo governo FHC.

Gilson Reis é membro da executiva nacional da CUT e da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC)



Laldert Castello Branco

Há cinco anos a CUT firma convênios com recursos do FAT e nem por isso ela deixou de protestar e ser contra as medidas lesivas aos trabalhadores

O FAT e as políticas

É legítimo o uso dos recursos do FAT, que são provenientes

O debate sobre a estruturação de um sistema público de emprego nasceu na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, quando ganhou força hegemônica a idéia da obtenção de uma situação de pleno emprego nos países destruídos pela guerra. Essa idéia foi consolidada na Convenção 88 da OIT, da qual o Brasil é um dos países signatários.

Dentro do arranjo social estabelecido naquela época, prosperou a convicção de que os problemas do mundo do trabalho deveriam ser preferencialmente tratados em organismos de caráter tripartite, nos quais as organizações de trabalhadores e de empresários atuavam em conjunto com representantes dos governos, de forma a se alcançar políticas negociadas (mas não necessariamente consensuais). Propunha-se, portanto, uma distinção entre o caráter público e o estritamente governamental das políticas, cabendo à fórmula tripartite papel democratizador importante para os agentes envolvidos, de acordo com o espírito da época.

No Brasil – como de resto em quase todos os países do chamado Terceiro Mundo – as políticas voltadas ao mundo do trabalho e às políticas sociais, que incluem tripartismo, autonomia de representação, democracia, não prosperaram, devido ao paternalismo e o populismo que centralizaram no Estado todas as iniciativas, além dos regimes autoritários que nos sufocaram por décadas. Durante mais de 40

anos, nenhuma política pública foi gestada por iniciativa do Estado que se pudesse chamar de um sistema público de emprego.

Somente em 1986, no período já da redemocratização do país, e na esteira do Plano Cruzado, implantou-se, de forma muito precária, o seguro-desemprego, muito embora sem os recursos para mantê-lo. Em 1988, a nova Constituição passou a prever, de forma mais abrangente, a implantação de um sistema público de emprego nos moldes propugnados pela Convenção 88 da OIT, ou seja com mais de trinta anos de atraso.

Sua regulamentação e implantação definitivas ocorreram somente em 1990, quando o Congresso aprovou a lei que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Apenas a partir daí, com os recursos do PIS e do Pasep, ganharam força as políticas de seguro-desemprego, de intermediação de mão-de-obra (Sine), de geração de renda e de qualificação profissional, bancadas com os recursos do FAT.

PARTICIPAR OU NÃO?

No seio do movimento sindical vem sendo travada uma discussão sobre a utilização ou não dos recursos do FAT pela CUT. Esta é uma falsa polêmica, pois considero que a pergunta a ser debatida e respondida é: O sindicalismo cutista tem ou não papel na discussão, elaboração e execução de uma proposta dos

públicas de emprego

das contribuições dos próprios trabalhadores

trabalhadores para o sistema público de emprego?

Como vimos anteriormente, o FAT não é somente composto dos recursos para a qualificação profissional e sua origem é de encargos nas folhas de pagamento dos trabalhadores da iniciativa privada e da área pública, sendo que, em dezembro de 2000, eles somavam R\$ 52 bilhões. Tendo em vista esta origem, cabe ou não um papel preponderante na sua gestão e utilização pelos sindicatos cutistas? Em consequência disso, outro questionamento: Devemos deixar o monopólio do uso destes recursos com os patrões, via “Sistema S”?

Se é verdadeiro o compromisso classista de nossa central, temos como consequência natural de cumprir o papel de agentes ativos nestes espaços, tanto na construção como na gestão das políticas públicas. Essa participação deve ser de forma autônoma e independente e tendo claro a condição de estarmos atuando como proponentes de políticas e não de substitutos do Estado. É somente com esse entendimento que vamos exercer o preponderante papel de controle social das políticas estatais.

É, portanto, legítimo o uso dos recursos do FAT, que são dos trabalhadores e são gestados de forma tripartite. Essa utilização deve estar sempre ligada a projetos que se constituam em laboratórios e sirvam de referências para os mais diversos níveis administrativos. Projetos que sejam baseados em uma

concepção metodológica que busque formar cidadãos críticos e participativos.

Outro questionamento muito frequente é: A CUT pode ser cooptada, de forma a ficar somente fazendo a qualificação e não atuar nas lutas? A estes devemos lembrar que quando atuamos nos conselhos de meio ambiente, por exemplo, ao mesmo tempo devemos e podemos desenvolver experiências próprias de política ambiental. Assim como quando atuamos nos conselhos de saúde, devemos e podemos atuar em experiências nas áreas de saúde do trabalho. Porque na educação dos trabalhadores não atuaríamos da mesma forma, combinando a atuação com a luta na busca de políticas públicas sintonizadas com os nossos objetivos estratégicos de classe?

PAPEL DA CUT

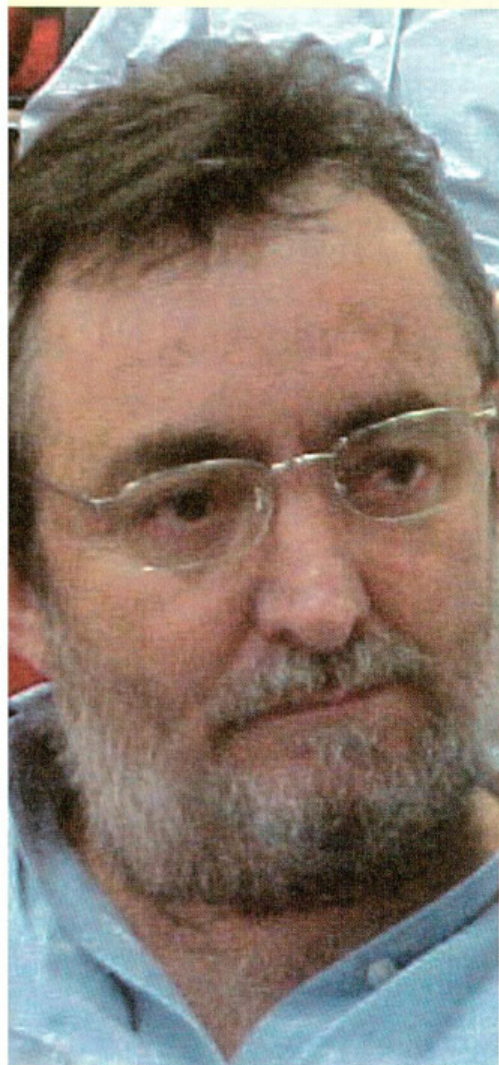
Ainda é importante ressaltar que já estamos a cinco anos firmando convênios com recursos do FAT e nem por isso deixamos de protestar e ser contra as medidas que julgamos lesivas a classe trabalhadora. Em 99, realizamos a passeata dos cem mil a Brasília; mais recentemente, a CUT foi a única central contrária ao acordo do FGTS. Nos dois momentos, eram negociados simultaneamente os convênios para a execução do “Plano Nacional de Qualificação Profissional”.

Além do exposto, a CUT tem sido, ao longo de sua história, um dos principais agentes na luta pela democratização do Estado brasileiro, conquistando espaços e auferindo controle social para inúmeras políticas, de tal forma que não pode se eximir de ocupar esses espaços mesmo quando nos apresentarem a necessidade de ser executor. Essa participação, é claro, deve e está sendo feita a partir dos interesses dos trabalhadores. Portanto, a pergunta deve ser mudada para: FAT, como participar?

A CUT, com base nas resoluções aprovadas em plenárias e congressos, deve participar, de forma direta, do Codefat; através das CUT's estaduais, participar das comissões estaduais; e, via sindicatos, participar das comissões municipais de trabalho e emprego. Essa participação deve ser orientada por princípios de defesa da pluralidade social na construção das políticas públicas, com ações que intensifiquem a mobilização. Ela deve articular a qualificação profissional com lutas gerais por políticas públicas, atuando sempre de forma integrada com os demais setores da sociedade civil – ressaltando a luta pela geração de emprego e renda, de forma a denunciar as políticas neoliberais como causadoras da crise que amplia o desemprego no país.

Devemos, portanto, conceber a participação da CUT no Codefat e realizar ações que impliquem em usar os recursos do FAT a partir do compromisso de ter esse tema sendo permanentemente debatido nos fóruns da central, levando em conta os diferentes momentos vividos pela sociedade e as relações dessa com o Estado.

Altamir Antonio Tortelli é secretário nacional de formação da CUT e integrante Articulação Sindical



Laldert Castello Branco

O sindicato não pode ficar dependente dos recursos deste fundo, que hoje são liberados pelo governo, sob o risco de virar refém do Ministério do Trabalho

Quatro questões centrais

É dentro da perspectiva estratégica da CUT, de defesa do

A polêmica em torno do uso do dinheiro do FAT tem ocupado muitas páginas, dentro da CUT, nos últimos anos. Isto se explica pela importância que o assunto adquire na central. A discussão implica em clarear qual tipo de educação queremos, o que está diretamente ligado ao tipo de sociedade que a CUT propõe.

O referencial, na CUT, é o capítulo dois de seus estatutos, em que se reafirma o seu compromisso com “o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo”. É dentro desta perspectiva estratégica que a discussão em torno do FAT ganha densidade.

Para a CUT, poderíamos resumir a quatro as questões centrais sobre o FAT. Duas relacionadas diretamente à visão estratégica da educação que queremos para os trabalhadores. E duas que dizem respeito à prática e à política sindical que a central se propõe.

DISPUTA DE HEGEMONIA

Tradicionalmente, nos meios sindicais e na sociedade, a formação profissional dos trabalhadores foi vista como coisa do Senai, Senac, Sesc, Sesi e Senar. Estes eram vistos como se fossem escolas oficiais, neutras. Poucas eram as pessoas que levantavam a questão que os fundos de tudo isto, que passou a ser conhecido como o “Sistema S”, eram públicos, porém geridos por mãos privadas.

Os empresários, desde a criação destes fundos, apropriaram-se para si destes enormes recursos. Assim, a formação dos trabalhadores era dada, tranquilamente, por eles. É óbvio que de acordo com seus interesses econômicos e dentro da sua visão ideológica – naturalmente oposta aos interesses dos trabalhadores.

No começo dos anos 90, aumentaram as vozes contra esta distorção. A CUT denunciou esta apropriação indébita. Mas hoje o movimento sindical abriu mão de fazer esta disputa central com relação à educação dos trabalhadores. Uma educação para os trabalhadores pensada, feita e gerida pelos trabalhadores. Não uma educação/adestramento pensada, administrada e controlada pelos empresários.

Hoje a CUT não faz mais esta disputa de hegemonia com o campo patronal. Parece quase que se contenta com as migalhas que o governo repassa do FAT. Ela não contesta o direito do “Sistema S” de continuar a ser dona de um dinheiro que deveria ser administrado, no mínimo, meio a meio com os trabalhadores.

Para se ter uma idéia do volume destes fundos, em 2000, o “Sistema S” arrecadou seis bilhões de reais, de forma compulsória. É dinheiro gerado pelos trabalhadores, que vem descontado sobre o valor total da folha de pagamento e que é usado como o patronato bem quiser. São recursos públicos com gestão privada.

sobre os recursos do FAT

socialismo, que a discussão do FAT ganha densidade

Enquanto isso, no mesmo ano, o governo repassou à CUT, do FAT, R\$ 35 milhões. O total de recursos deste fundo para a formação profissional foi de pouco mais de R\$ 300 milhões. E estes foram divididos entre empresários e quatro centrais, das quais três estão levando a mesma política neoliberal dos patrões.

Esta é uma disputa central para a CUT fazer, ao mesmo tempo em que trabalha com os recursos do FAT. É claro que essa contestação vai indispor profundamente governo e patrões contra a central que ouse abrir a boca sobre o império do “Sistema S”.

O projeto de sociedade que a CUT aponta implica no ensino público e de qualidade para todo mundo. A defesa deste tipo de escola não é uma opção secundária na visão estratégica da central. Estabelecer projetos fora da escola pública é uma forma de esvaziar a perspectiva do ensino público e defender um projeto que vai no caminho da privatização. Fortalece o projeto neoliberal de esvaziar tudo o que é público e de propor políticas alternativas privadas e medidas compensatórias.

Neste sentido, a CUT precisa retomar e reafirmar o posicionamento que ela tinha até 94. Reafirmar a defesa intransigente das escolas técnicas e universidades públicas. Batalhar para que o gerenciamento de todos os recursos públicos seja de responsabilidade pública e social da sociedade. E isto não só no que diz respeito aos recursos, mas

também à metodologia e aos programas. Só assim será possível atender às necessidades da maioria da população.

Ao disputar verbas do FAT, é preciso ter presente este desafio de canalizar estas verbas para a criação de estruturas públicas para o ensino dos trabalhadores. Há algumas experiências neste sentido que merecem ser estudadas, ampliadas e multiplicadas.

COMBATER A CHANTAGEM

O problema, nas discussões dentro da CUT sobre o dinheiro do FAT, não pode ser reduzido ao dilema: usa ou não usa? O centro da questão é como exigir o fim da intermediação do governo, que hoje arrisca levar a CUT a uma situação de chantagem não explícita.

O dinheiro do FAT vem dos trabalhadores e como tal deve ser um direito exclusivo de ser utilizado por eles. Sua origem é do PIS/PASEP e dos famosos 20% do velho imposto sindical. Ou seja, dinheiro que tem dono e não há razão alguma de um padrinho que libere o que já deveria estar livre.

Hoje está em curso uma inversão de valores. Hoje quem gerencia e quem distribui os recursos do FAT é o governo. A Caixa Econômica recolhe o fundo e quem libera o dinheiro é o governo. E é óbvio que o faz conforme seus únicos e exclusivos interesses, ou melhor, da classe que ele representa. É óbvio que

qualquer entidade que tenha mais de 50% do seu orçamento vindo de recursos que estão nas mãos do governo, e liberados por ele, fica facilmente vulnerável a uma chantagem, não declarada, mas real.

DISTÂNCIA DO GOVERNO

Um dos pilares da ideologia de todos os governos neoliberais é repetir, de mil maneiras, que o problema do desemprego é culpa dos trabalhadores. De FHC a Malan, passando por todas as variantes de Senai a Senac, o coro é unânime. O trabalhador é o culpado por seu desemprego. Estude que esta praga acaba. Todos os meios de comunicação, no nosso país, não se cansam de reafirmar isto diariamente.

Nas nossas atividades formativas devemos tomar o máximo de distância desta visão genuinamente neoliberal. Nossa ênfase é no combate à política do governo que, deliberadamente, cria e precisa do desemprego para impor a flexibilização dos direitos e precisa do enfraquecimento dos sindicatos.

Outro fator capaz de gerar uma grande confusão na cabeça dos trabalhadores é a prática, hoje na moda, de associar cada vez mais nossas atividades ao governo. Cada folder ou cartaz em que o símbolo da CUT esteja ao lado do logotipo do Ministério do Trabalho torna mais difícil reafirmar nossa independência e nossa contradição total e absoluta com o projeto deste governo. Como combater sua política e fazer tantas atividades juntos?

Estas são algumas das principais questões que a CUT deve enfrentar e resolver sobre a formação profissional.

Jorge Luis Martins é membro da executiva nacional da CUT e da coordenação da Alternativa Sindical Socialista (ASS)

“As elites não querem acabar com o problema da seca”

Além do colapso energético, que atinge os centros urbanos e repercute na mídia, outra crise de graves dimensões vitima milhões de brasileiros neste exato momento. É a seca no Nordeste – ou o “*secão*”, como está sendo chamada a estiagem que se abate sobre quase todos os estados desta região. Diante da reação de vários prefeitos, que decretaram estado de calamidade pública, o governo FHC criou uma “câmara setorial extraordinária”. Só que, mais uma vez, a medida veio tarde, para a desgraça de milhões de flagelados.

A última vez que a seca penalizou duramente a região foi no início de 1998. Mais de 10 milhões de pessoas, de 1209 municípios, sentiram os efeitos desta mudança climática que afeta a região há tempos. Seis meses antes, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais já havia alertado o governo de que não haveria chuvas. Mesmo assim, FHC nada fez. Quando a catástrofe se consumou e as famílias famintas foram obrigadas a saquear armazéns para não morrer de fome, o governo preferiu acusar os líderes do MST de “baderneiros”.

Agora, nova tragédia anunciada. Mesmo sabendo dos riscos desta estiagem, o governo reduziu os recursos dos programas de combate aos efeitos da seca. Segundo o deputado Agnelo Queiroz (PCdoB/DF), apenas metade da verba prevista no Orçamento da União para este fim foi utilizada no ano passado. Dos R\$ 489,2 milhões que



Tuza Siqueira

poderiam ser gastos em investimentos no Dnocs (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) e nos programas Proágua e Irrigação e Drenagem, só R\$ 228,2 foram liberados pela área econômica do governo – sempre tão solícita e ágil em atender o capital financeiro.

Para tratar deste drama humano, a *Debate Sindical* ouviu um dos maiores especialistas no tema – o professor pernambucano de geografia política e pesquisador do CNPq, Manoel Correia de Andrade, 79 anos, autor de livros como “A terra e o homem no Nordeste” e “A problemática da seca”.

Debate Sindical: De acordo com os seus estudos, qual o balanço histórico sobre a ação dos governos

no combate à seca?

Manuel Correia de Andrade:

Eu costumo acompanhar as publicações sobre o tema, inclusive registros da época do Império. O primeiro demagogo a respeito da seca foi dom Pedro II quando afirmou, por volta de 1872, que venderia as jóias da coroa para que nenhum nordestino morresse de fome e de sede. Alguns morreram e nenhuma jóia foi vendida.

A questão é por que existe a seca? E porque nenhum governo brasileiro nunca se preocupou em fazer uma política em que a população pudesse conviver com ela? O problema é que os governos só se preocuparam em socorrer os flagelados nas ocasiões em que havia a seca; passado esse período, não fizeram mais nada.

Em 1977, o governo pegou os

flagelados da seca e os mandou para a Amazônia – onde tinha muita água! Então, os nordestinos ocuparam o local e assim começaram a explorar a borracha. Além dessa medida, uma comissão científica propôs a introdução de animais adaptados ao clima quente e chegou a trazer camelos, porém não trouxe pessoas que sabiam lidar com os camelos.

Depois, criou-se o Dnocs, que se chamava Ifocs (Inspetoria de Obras Contra a Seca). O erro já começou pelo nome, porque não se pode ser contra a seca e sim contra seus efeitos. Nesse período, que eu chamo de hidráulico, achava-se que a solução era construir açudes e com eles abastecer a população, mas na época da seca as pessoas precisam de alimento também. Os açudes foram construídos, mas não desapropriaram as terras.

Só com a Sudene é que se propôs uma agricultura irrigada sobre o controle do governo, com a chamada Lei de Irrigação. Essa lei foi apresentada na Câmara, discutida, mas não chegou a ser aprovada por causa do golpe militar de 1964. Criou-se, então, a política de construir estradas para retirar as vítimas da seca e levar alimentação para essas pessoas. Logo depois foram iniciadas a distribuição de cestas básicas e a implantação de frentes de trabalho, ações meramente assistencialistas, e que vem sendo praticadas até hoje.

Como conviver com a seca? Qual seria a solução?

Manoel Correia: Nós não podemos abandonar uma região de um milhão de quilômetros quadrados. Ao meu ver, a solução seria a realização de uma reforma agrária com crédito econômico e



Jesus Carlos/Imagematina

Dados do flagelo nordestino

- Mais de 11 milhões de pessoas sofrem com a falta de água
- Em algumas cidades não chove há mais de dois anos
- 316 municípios do Nordeste estão em situação de calamidade pública
- A falta de chuvas atinge uma área aproximada de 840 mil quilômetros quadrados

assistência técnica ao agricultor. O que falta é um pouco de espírito de solidariedade. Se o governo só doa a terra, não adianta nada, pois sem informação e apoio o camarada não vai saber aproveitar essa terra e a venderá, refazendo a composição do latifúndio.

Além disso, o governo deve fazer com que a população passe a estocar alimentos para enfrentar o período da seca. Veja o exemplo do Canadá: durante um período do ano, o gelo impede a realização de atividades agrícolas. Dessa forma, quando está chegando o inverno, os canadenses estocam alimentos e abatem parte do gado que eles acham que não vão conseguir alimentar. Lá é como aqui, há anos de invernos mais rigorosos e menos rigorosos.

Qual a sua análise sobre o programa de combate à seca do governo FHC?

Manoel Correia: Eu confesso que já cansei da leitura dos programas federais, porque são quase sempre os mesmos. O governo mantém ações

assistencialistas, como distribuição de cestas básicas, o que não resolve. A minha impressão é que as elites brasileiras não estão interessadas em acabar com o problema da seca.

Quais são as suas expectativas para o futuro sobre esse assunto?

Manoel Correia: Eu acho que nós estamos vivendo um momento trágico, no qual está inserido o problema da globalização, que tende a agravar não só a situação do semi-árido como do mundo todo. Mas também acho que começa a haver uma reação, como o episódio de Gênova. A reação não é contra a globalização e sim contra a forma desumana com a qual a estão aplicando. Se toda a tecnologia que esse processo dispõe fosse utilizada em benefício do povo seria excelente, mas a realidade é que tudo é usado em função de grandes grupos econômicos.

Entrevista concedida à jornalista Tuca Siqueira

O pacote trabalhista: exigência do FMI

Pressionado pelo Fundo Monetário Internacional, o governo FHC estará encaminhando ao Congresso Nacional, ainda neste mês, o pacote de flexibilização das relações de trabalho, conforme anunciou recentemente o ministro do Trabalho Francisco Dornelles. É mais uma dura investida contra os direitos dos trabalhadores deste governo, que ficará conhecido na história pelo desmonte da legislação trabalhista.

O pacote, uma exigência do FMI para renovação do acordo da dívida externa com o Brasil, promove mudanças apenas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o objetivo de substituir o legislado pelo negociado. Ele segue a filosofia de "modernização das relações de trabalho", tal como definida no relatório do grupo "força tarefa", instituído ainda na época do ministro Edward Amadeo.

AUSÊNCIA DE CONSULTA

O texto, que retira da legislação trabalhista a força de norma pública e de caráter irrenunciável, foi elaborado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego e já está na Casa Civil da Presidência da República. Caberá agora ao presidente FHC decidir se baixa uma nova medida provisória ou se envia a matéria ao Congresso Nacional sob a

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



Mudanças na CLT visam substituir o legislado pelo negociado

forma de projeto de lei.

O ministro Francisco Dornelles, que condicionava qualquer alteração na CLT à obtenção de consenso com as centrais sindicais, desta vez não ouviu a representação dos trabalhadores, elaborando as propostas sem qualquer consulta ao segmento profissional. Ele seguiu as rigorosas determinações da equipe econômica do governo, encabeçada pelo ministro Pedro Malan.

Neste primeiro momento, as mudanças limitam-se aos direitos amparados por legislação ordinária. As reformas constitucionais dos direitos sociais (artigo 7º) e da organização sindical (artigo 8º), que necessitam do voto de 3/5 do Congresso, ficam postergados por falta de condições objetivas para sua aprovação. O diagnóstico do Palácio do Planalto é que

mudanças constitucionais com esse grau de polêmica e de oposição dificilmente seriam aprovadas partindo de um governo em final de mandato.

SINDICALISMO DESATENTO

Isto, entretanto, não significa que o governo tenha desistido das mudanças nos direitos sociais e na organização sindical. Pelo contrário. Ele somente aguarda um momento mais oportuno para voltar à carga. Neste momento será dada prioridade absoluta à votação da reforma do Judiciário, que até agora não tem merecido a atenção devida do movimento sindical.

Em parte, esta reforma atende às pretensões governamentais, especialmente ao constitucionalizar a conciliação extrajudicial, sobrepondo-a à lei; ao instituir o efeito vinculante nas decisões judiciais; ao acabar com o poder normativo da Justiça do Trabalho; e ao condicionar o dissídio coletivo ao "de comum acordo" entre as partes.

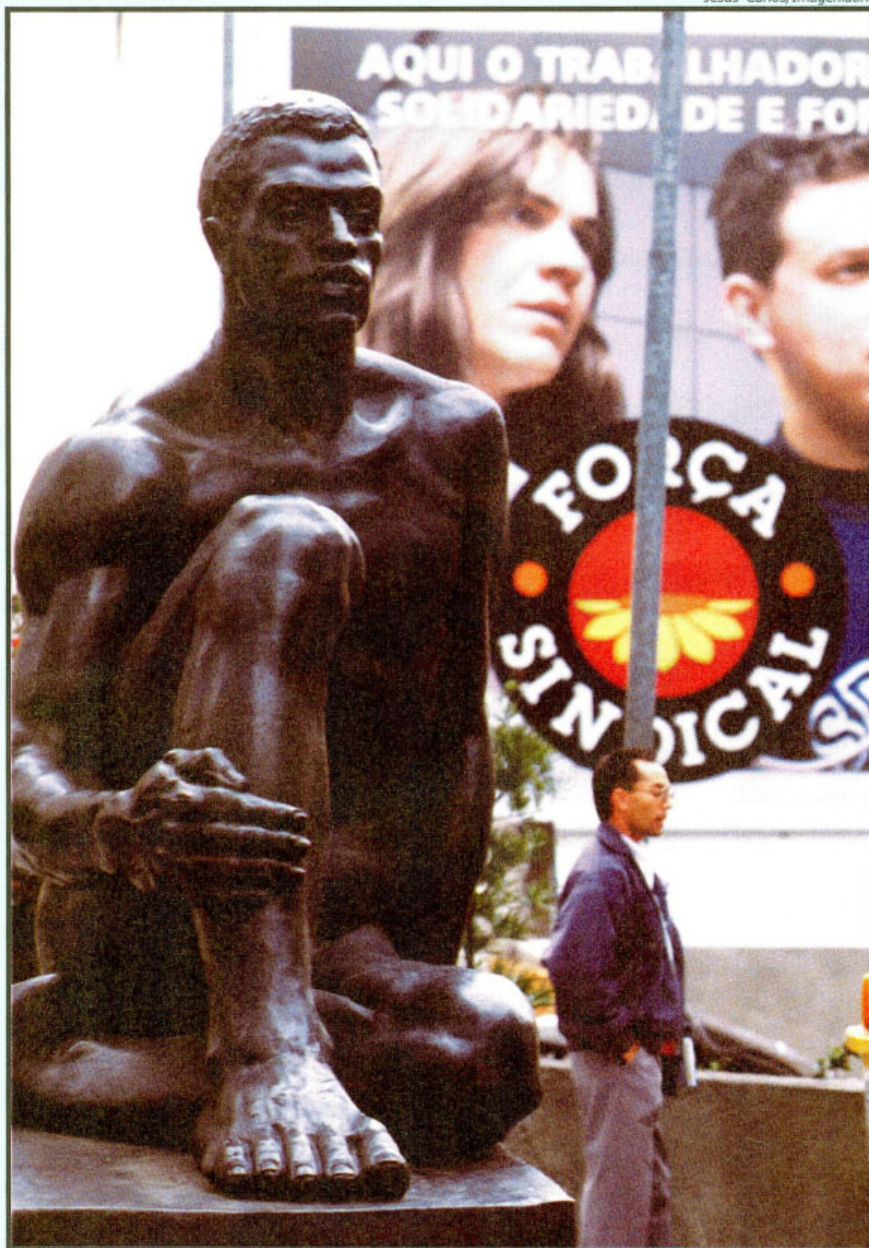
REFORMA DO JUDICIÁRIO

A tática governamental, portanto, é flexibilizar os direitos na esfera da lei ordinária – para cuja aprovação possui base parlamentar, além do poder de baixar medida provisória – e "constitucionalizar" a renúncia, redução ou eliminação de direitos dentro da reforma do Judiciário, que tem tramitado sem maiores questionamentos por parte do movimento sindical brasileiro.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

A cooptação faz a Força

Jesus Carlos/Imagenlatina



CLÁUDIO GONZALEZ

Com uma política de filiação bastante suspeita e agressiva, a Força Sindical passou a ser a central que mais cresce no país. Esse crescimento, próximo ao

inchaço, ameaça a hegemonia da CUT em certas categorias e engrossa as fileiras de um sindicalismo pragmático, defensor do neoliberalismo e atrelado ao governo



Segundo o seu próprio levantamento, a central saltou de 192 entidades filiadas, em 1992, para 1.541 no seu último congresso

Um congresso realizado no Memorial da América Latina, em São Paulo, nos dias 8, 9 e 10 de março de 1991, marcou a fundação da Força Sindical. O evento reuniu 2,5 mil pessoas, representando cerca de 300 sindicatos, 20 federações e duas confederações de vários estados brasileiros, além de algumas delegações estrangeiras. Sustentada principalmente pelo

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a FS procurou, desde o início, se diferenciar do sindicalismo “de esquerda”, autoproclamando-se “moderna, democrática, independente, apartidária e pluralista”.

Marcaram presença nesse congresso representantes do patronato, membros do governo Fernando Collor e diversos sindicalistas formados pelo ICT

(Instituto Cultural do Trabalho), que seguia as diretrizes ditas pelo Iadesil (Instituto Americano para Desenvolvimento do Sindicalismo Livre) – instituição que se projetou durante a ditadura militar e que era financiada e orientada pelo governo dos EUA para disseminar o peleguismo nos sindicatos brasileiros. Essa platéia, tão distinta da que costumava frequentar congressos de outras centrais, era um prenúncio do tipo de sindicalismo que seria praticado pela Força Sindical.

Passados dez anos desde sua fundação, a Força Sindical deixou de lado a terminologia “sindicalismo de resultados” e passou a adotar o termo “sindicalismo-cidadão”. Mas, na essência, continua a mesma: atrelada a sindicalistas de tradição “pelega”, ligada a partidos de direita, dependente de verbas públicas para sustentar seus projetos assistencialistas, simpática ao neoliberalismo e disposta a colaborar para o “desenvolvimento” do capitalismo e para a diminuição do conflito entre capital e trabalho. Há apenas um dado que torna a Força Sindical de hoje completamente diferente da de dez anos atrás: o seu tamanho.

Em uma década, ela cresceu quase 1.000%. Ainda é menor do que a CUT, mas já é a central que representa mais trabalhadores do setor privado e a que mais cresce em todas as outras frentes. Segundo levantamento da própria central, em 1992 ela representava 1.127.423 trabalhadores na base, distribuídos em 192 entidades. Hoje, são 12.189.816 trabalhadores de 1.541 entidades filiadas.

4º CONGRESSO: MAIS DO MESMO

O que Francisco Dornelles, Geraldo Alckmin, Ciro Gomes, Luiza Erundina e José Genoino têm em comum? Todos foram prestigiar o 4º Congresso Nacional da Força Sindical, ocorrido nos dias 5 e 6 de julho passado, na Praia Grande (SP), onde também estiveram dezenas de representantes estrangeiros.

A mistura destes personagens sintetiza o perfil ideológico da central e indica o rumo que ela desenhou para a sua atuação: atenuar os confrontos com o patronato e continuar apoiando a política neoliberal para poder crescer, mas sem romper o diálogo com outros setores como estratégia para manter o verniz de “independência” em relação ao governo.

Tais propósitos podem ser inferidos pela tese apresentada aos delegados e que altera alguns pontos do documento *Um Projeto para o Brasil*, que há 10 anos “norteia” a ação da Força Sindical. A nova “versão” persiste na defesa do capitalismo, “porém sem selvageria”. Crítica a ineficácia das reformas promovidas pelo governo FHC e

carrega a tinta na defesa do “sindicalismo-cidadão”.

Além das mudanças no projeto, os 5.500 delegados presentes debateram questões como “reforma do Estado”, “Políticas sociais” e “Globalização e integração econômica internacional”, e participaram de um “minipregão” da Bovespa.

Chama atenção nos congressos da Força Sindical a incomum unanimidade dos delegados em relação às propostas apresentadas pela direção. Reflexo maior disto é a inscrição de uma só chapa para a eleição da diretoria, que garantiu mais um mandato ao metalúrgico Paulinho como presidente. Uma “negociação” de cargos conseguiu resolver, com aparente tranquilidade, os conflitos de interesse existentes na central.



■ Dornelles e Paulinho: relações perigosas

Quando este texto chegar às mãos dos leitores, esses números provavelmente já terão aumentado devido ao acelerado ritmo de adesão de novas entidades. O secretário-geral da FS, João Carlos Gonçalves, o Juruna, lembra que somente no período de janeiro deste ano até final de junho, 3.349.326 trabalhadores “filiaram-se” à Força Sindical.

DIVISÃO DAS CENTRAIS

Apesar do modelo constitucional brasileiro não prever a existência das centrais como parte da estrutura sindical oficial (ele fixa apenas três níveis de representação – sindicatos, federações e confederações), atualmente elas desempenham papel fundamental nas lutas trabalhistas no Brasil. Tanto que o número de entidades que reivindicam o status de central sindical é relativamente grande – hoje totalizam oito (CUT, FS, CGT, USI, CCT, CAT, CGTB e SDS). Tirando a CUT, a FS e, em menor grau, a CGT, as demais têm escassa representatividade e frágil poder de pressão.

Quase todos os grandes sindicatos do país já estão filiados a uma das centrais, mas a maior parte dos 11 mil sindicatos existentes no Brasil (segundo dados do Ministério do Trabalho) permanece independente. São entidades locais, com até 500 sócios, que não despertam muito interesse das centrais. Os de maior porte, porém, vivem sob constante assédio, principalmente por parte da Força Sindical, que acalenta o sonho de se transformar na maior central sindical do país. Hoje, a CUT representa 21 milhões de trabalhadores de 3.187 sindicatos, quase o dobro da Força Sindical.

FORÇA QUE CRESCER

Apesar das dúvidas que pairam sobre o real tamanho da Força Sindical, que trata seu cadastro de filiados como caixa-preta, o seu avanço é fato incontestável. Ela mantém escritórios regionais em praticamente todos os estados do Brasil, sendo que sua presença é mais forte em São Paulo e no Paraná. Alguns dirigentes da Força, mais otimistas, dizem que em São Paulo (berço das duas centrais) ela já ultrapassou a CUT em número de trabalhadores na base. Usam como argumento para defender essa especulação a recente adesão da Confederação Nacional dos Empregados no Comércio (CNEC). Com essa filiação, a central passou a agregar os sindicatos ligados à Fecesp (Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo), que representa 1.100.000 trabalhadores na base.

Mas a sanha “filiadora” da Força não se restringiu ao estado de São Paulo. Na última edição da sua revista (junho/2001), constam informações de que ela deu grandes saltos também na Bahia (que, segundo a revista, passou de uma para 85 entidades filiadas em quatro anos), no Rio Grande do Sul, onde cresceu 3.600% desde sua fundação; em Santa Catarina, com 88 filiados; e também no Amazonas, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Pernambuco.

“Sua atuação beira o fascismo, com violência nas eleições, divisão de bases, aliança com empresários e aliciamento de lideranças”

Entre as novas entidades filiadas, a Força faz questão de exhibir alguns “troféus”. É o caso do Sindicato dos Condutores de São Paulo, uma importante entidade cutista que passou para as mãos da Força Sindical num processo eleitoral bastante conturbado. Alcides Amazonas, ex-secretário geral da entidade e hoje vereador da cidade de São Paulo pelo PCdoB, lamenta a mudança de rumo do sindicato e diz que há um projeto mais audacioso da Força Sindical para cooptar entidades do setor de transportes.

“A nossa categoria sofreu uma derrota histórica – apesar da ‘eleição’, que na verdade foi uma intervenção articulada pela Justiça e o governo estadual junto com a Força Sindical, estar ainda *sub judice*. Para se ter uma idéia, uma das primeiras medidas da diretoria do Sindicato dos Condutores, sob orientação da Força, foi acabar com as comissões de garagem, uma conquista que custou muita luta da categoria. A CUT precisa ficar atenta, porque tudo indica que a estratégia da Força é ganhar, usando todos os meios, os sindicatos do setor de transporte. É que esse setor tem mostrado a sua importância nas lutas dos trabalhadores não só no Brasil, como nas recentes greves dos caminhoneiros, como em muitos países pelo mundo afora. A Força Sindical, aliás, criou uma secretaria nacional deste setor. Tudo isso chama a atenção e merece uma contra-ofensiva da CUT para barrar o avanço desta central em áreas estratégicas”, alerta Amazonas.

RAZÕES E REAÇÕES

Mas a CUT parece não temer o crescimento da Força Sindical. O presidente da central, João



Desde sua fundação, procurou se diferenciar do sindicalismo “de esquerda”, autoproclamando-se “moderna e apartidária”

Felício, disse em entrevista ao *Folha Online* que, para atrair novos filiados, os dirigentes da FS usam de “estratégias duvidosas”. “Eles oferecem até R\$ 50 mil para os sindicatos desenvolverem cursos de qualificação. Além do método duvidoso, a Força está atraindo sindicatos que não têm nenhum histórico de atuação sindical. Não são sindicatos que eram da CUT ou da CGT ou do SDS. São sindicatos que não tinham história alguma”, garantiu Felício. O presidente da CUT disse ainda que a Força está muito longe de ganhar o posto de maior central sindical do país. Segundo especulações frequentes no meio sindical, a facilidade com que a Força tem tido acesso aos recursos do FAT é o que mais tem seduzido os sindicatos a se filiarem à central.

Outro dirigente da CUT que não poupa críticas à FS é Wagner Gomes, da Corrente Sindical Classista. Segundo ele, a Força Sindical, desde o princípio, manifestou-se a favor das políticas neoliberais e tem,

Na fase de maior popularidade de FHC, inaugurou o “contrato temporário” e fechou outros acordos de flexibilização

sistematicamente, apoiado a aplicação dessa política no Brasil. “Na fase de maior popularidade do governo FHC, ela ajudou governo e patrões a aplicar a primeira experiência de ‘contrato temporário’ e patrocinou outros vergonhosos acordos de flexibilização trabalhista. Apesar disso, ela consegue, através de projetos assistencialistas e uma agressiva propaganda bancados pelo governo, pela mídia e pelo patronato, passar uma imagem positiva para os trabalhadores. Por isso, é preciso desmascarar a Força Sindical, esclarecendo os

trabalhadores sobre o caráter reacionário de sua política e os compromissos de seus dirigentes com os capitalistas e, em particular, com as multinacionais e o governo de FHC”, defende Wagner Gomes.

Para Sandra Cabral, secretária de comunicação da CUT, os problemas da Força Sindical não se resumem a esses exemplos: “Sua atuação no campo das relações intersindicais beira o fascismo: apostam na violência nas eleições, no divisionismo das bases, na aliança com empresários e no aliciamento de ex-dirigentes – notadamente daqueles que, por prática duvidosa, perderam espaço na CUT”, afirma a sindicalista.

O OUTRO LADO

Ignorando as acusações dos sindicalistas “vermelhos”, os dirigentes da FS creditam o crescimento da central à “amplitude” de sua política sindical e aos projetos “sociais” tocados pela entidade. O presidente da Força, Paulo Pereira



■ Sindicalistas da Força Sindical recebem certificado de curso na Bolsa de Valores de SP

A central investe em megafestas, inaugurou um refeitório popular, fundou um time de futebol e agora fala em financiar casas populares



SINDICATO-CIDADÃO

da Silva, o Paulinho, vai mais longe e diz que seu “carisma pessoal” também contribui para atrair novas entidades. Mais comedido, Juruna acredita que este crescimento se deve ao fato dos sindicatos perceberem na “ação cidadã” da central um novo horizonte para a sua atuação sindical.

“Isso faz diferença, pois permite ao sindicato extrapolar a mera luta corporativista e prestar serviços aos seus representados e estendê-los aos seus familiares e até mesmo à comunidade local”. Ele complementa sua lista de justificativas dizendo que na CUT o debate está muito partidarizado. “Nas eleições sindicais de entidades hegemônicas pela CUT, as chapas são formadas a partir de critérios partidários e isso deixa de fora muita gente interessada em militar no sindicalismo de forma

Os projetos sociais apontados pelos dirigentes como alavanca da ascensão da Força Sindical são vistos com desconfiança por boa parte dos analistas sindicais.

Para o professor Marcio Pochmann, da Unicamp, o que vemos hoje nas centrais é uma deturpação do sindicalismo-cidadão e uma volta ao conceito do sindicato prestador de serviços. “Na tentativa de organizar os informais, o sindicalismo quer dar conta dessas questões mais amplas da cidadania, decide prestar todo tipo de serviço em substituição ao Estado (qualificação de trabalhador, agenciamento de empregos, etc.) e ainda quer manter suas atividades típicas. Com isso, corre o risco de não fazer bem nem uma coisa nem outra”, diz Pochmann.

O sociólogo da USP, José Pastore, compartilha dessa visão. Para ele, “esse arremedo de

sindicato-cidadão deixa as entidades com cara de ONGs e ainda mais longe de uma solução para o problema do crescimento da informalidade em suas bases”.

Já o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto tem uma visão original sobre o assunto. Para ele, os sindicalistas podem até fazer discursos convictos em defesa do sindicato-cidadão ou do sindicato de serviços para dar a impressão de que estão no comando de uma estratégia para o mundo do trabalho. Mas, garante, isso tudo que está acontecendo nunca foi pensado e nem tampouco decidido pelas centrais. É, antes, resultado direto da organização econômica e política do mundo de hoje. “Nunca houve uma opção”, explica. “Está no desenho do neoliberalismo que os sindicatos assumam tarefas que antes eram do Estado”.



“Ela oferece até R\$ 50 mil para os sindicatos desenvolverem cursos de qualificação profissional”, denuncia o presidente da CUT



ALMA DO NEGÓCIO

Como bons “negociadores”, os dirigentes da Força Sindical acreditam que a propaganda é mesmo a alma do negócio. Tanto que todos os seus projetos, declarações e ações nos últimos anos são feitos sob medida para repercutir na mídia e passar uma imagem positiva da atuação da central para o conjunto da sociedade. Prova disso é o maciço investimento em publicidade e estratégias de marketing, fazendo o trabalho de comunicação desenvolvido pela CUT parecer brincadeira de criança.

Usando seus projetos como vitrine, a central consegue estar presente diariamente na mídia impressa e ocupa espaços privilegiados nos noticiários de rádio e TV, além de possuir programas próprios em emissoras de rádio e em canais de TV a cabo. A produção própria de materiais impressos também é grande e periodicamente são veiculadas campanhas em *outdoor*.

É bom lembrar que toda essa articulação propagandística não seria possível se a Força não contasse com os vultuosos recursos e apoio que recebe do governo e de grandes empresas. E isto não é só para custear seus

esforços de comunicação, mas também para manter os projetos sociais que lhes garantem visibilidade, como o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, que recebe mais de quatro mil pessoas por dia, o Centro Meu Guri, o Eremim, o Banco da Terra e outros.

Além deles, a Força aposta muito de suas fichas nas megafestas, que reúnem 1 milhão de pessoas no Dia do Trabalhador em São Paulo. Mais recentemente, ela inaugurou (em parceria com o governo tucano de São Paulo) um restaurante popular, ao custo de R\$ 1,00 a refeição, por onde passam cerca de duas mil pessoas por dia. Até um time de futebol (Força Esporte Clube) foi fundado, em parceria com o Inter de Milão. A nova idéia agora é financiar casas populares, em convênio com o governo federal.

Enfim, governo e empresários não poupam recursos para fazer da Força Sindical uma grande central, capaz de minar o sindicalismo classista. Paulinho, Medeiros e companhia limitada agradecem imensamente a ajuda, que não só fortalece a central como colabora com os seus planos eleitorais para 2002.

Seus dirigentes avaliam que a propaganda é mesmo a alma do negócio e investem na publicidade e nas estratégias de marketing

mais autônoma. A Força Sindical veio para oferecer a essas pessoas uma oportunidade de militar sem ficar preso às amarras partidárias”, afirma.

Outra liderança da Força, o vereador Toninho Campanha (PSB/SP), repete os argumentos de Paulinho e Juruna e completa dizendo que a central está mais sintonizada com os problemas concretos da sociedade, como o desemprego e a falta de qualificação profissional, e com as mudanças econômicas nacionais e internacionais. “A Força Sindical vem se firmando como um pólo de renovação do sindicalismo brasileiro, englobando pluralismo democrático e projetos sociais”, acredita o parlamentar.

Cláudio Gonzalez é jornalista.



Jesus Carlos/Imagemline

Comunicação e trabalho

Pesquisa em montadora do ABC paulista revela a importância das relações interpessoais como mediadoras da comunicação entre os trabalhadores

ROSELI FÍGARO

Resgatar o sujeito social, o receptor dos meios de comunicação, no emaranhado mundo capitalista neoliberal e globalizado, é um esforço teórico necessário para que se possa enxergar a dinâmica social da comunicação como um processo dialético, no qual os indivíduos partilham códigos, mensagens e sentidos^[1].

Foi este o objetivo que guiou a pesquisa realizada com os metalúrgicos de uma grande empresa montadora do ABC paulista. Procurou-se compreender a recepção dos meios de comunicação a partir do

cotidiano do mundo do trabalho, para demonstrar como as mediações que essa realidade apresenta compõem o universo dos trabalhadores, atuando sobre os sentidos e as maneiras de ver e entender o processo

comunicacional do qual eles fazem parte.

Os resultados da pesquisa foram organizados em um mapa de consumo cultural que demonstrou a expressiva importância que têm as relações interpessoais como mediadoras da comunicação. Os colegas de trabalho representam para esses trabalhadores um meio de informação importante, mais destacado inclusive do que os jornais e revistas da grande imprensa e, principalmente, comunicação interpessoal privilegiada em relação à comissão de fábrica, aos diretores do

No espaço fabril, a subversão da hierarquia e a quebra do ritmo se faz através do

sindicato, aos vizinhos e ao próprio chefe na empresa.

A televisão é o meio de comunicação mais procurado, seguido dos boletins e jornais da empresa, depois pelo rádio e, em seguida, pelos meios de comunicação do sindicato. Quando se trata da programação de TV, os metalúrgicos têm preferência pelos telejornais e programas esportivos. Já a programação das rádios, destaca-se a preferência pela música brasileira, seguida de programas esportivos e depois pelo noticiário. Outros resultados que podem ser destacados são os relativos aos assuntos preferidos nos veículos de comunicação da empresa. Informações sobre saúde, esportes e salários são os mais mencionados.

Não surpreende o resultado que obtêm os temas salário, saúde, condições de trabalho e direitos trabalhistas quando a imprensa é do sindicato, pois são estes os assuntos mais trabalhados em sua comunicação.

ÉTICA DO TRABALHO

Na fase seguinte da pesquisa, as respostas dos entrevistados confirmaram a forte presença da mediação do mundo do trabalho no processo de comunicação. A condição de ser trabalhador operário metalúrgico de uma grande empresa é o traço marcante na vida destas pessoas, mediando diferenciados aspectos do cotidiano e, principalmente, a inter-relação com os meios de comunicação. A experiência pessoal, para a maioria deles vivida inicialmente no trabalho

Além de espaço de trabalho, a fábrica é um lugar de relacionamento com os colegas, de relações de solidariedade

no campo e, depois, como operários metalúrgicos, é intermediada pelas relações que se dão no trabalho.

Apesar das transformações no mundo do trabalho terem criado dificuldades para os trabalhadores, pois, na maior parte das vezes, elas se dão sob a égide exclusiva do aumento da produtividade e da lucratividade, o discurso dos metalúrgicos é revelador. Sair das condições adversas do trabalho rural ou da pequena empresa e conquistar um emprego em uma grande empresa é, para eles, alcançar um sonho muito acalentado.

Encontrou-se no discurso desses trabalhadores a marca de uma ética do trabalho que passa e circula entre eles, faz parte de um modo de ser que fica, permanece, manifesta-se na duração de uma vida de trabalho e passa para outros, outras vidas, num percurso mais longo. É a ética do bom trabalhador, que tem sua dignidade, sua honradez, de profissional que produz, que faz sua vida do esforço de seu próprio braço, de sua própria experiência.

É essa ética que as transformações na regulamentação do trabalho, com a flexibilização da mão-de-obra, a redução de direitos sociais, a terceirização, a

precarização do trabalho, está quebrando. Assim, como bem disse Martín-Barbero ao tratar das mudanças culturais no período pré-capitalista: "O que se está destruindo não é um modo de trabalhar, mas um modo inteiro de viver"^[2].

É da experiência acumulada no cotidiano que o trabalhador constrói seu aprendizado, constitui seu ponto de vista, formula sua ideologia. E é a partir desse viés que vão se constituindo as chaves de leitura pelas quais eles entram no "texto", nas mensagens dos meios de comunicação. O jornal sindical, o jornal da empresa e o telejornal, principalmente, recobrem-se de significados no embate com estes pontos de vista que foram sendo constituídos no cotidiano. O mundo da fábrica é, além de espaço de trabalho, lugar de relacionamento com os colegas, de inúmeras relações de camaradagem e solidariedade, além de ser o espaço onde o trabalhador se realiza enquanto ser profissional.

FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

A intimidade com o ambiente da fábrica faz com que o trabalhador se aproprie desse espaço como um espaço de reconhecimentos, de aproximações, onde ele se realiza como sujeito. Maria Inês Rosa^[3] estuda o espaço da fábrica como espaço apropriado pelo trabalhador em sua carga positiva, ou seja, local de reconhecimento, dotado de sentido próprio, de realização de seu ser profissional. Pode-se constatar isso na fala dos

relacionamento entre os operários

metalúrgicos que vêem a empresa não só como lugar de sofrimento, submissão à chefia, trabalho extenuante, mas como local de realizações, conhecimentos, emoções e envolvimento afetivos. No espaço da fábrica se constrói boa parte das representações e se processa a identidade do ser trabalhador, cidadão político-social.

As brincadeiras recheiam as conversas, os bate-papos são formas de amenizar o cansaço, são formas de descontração e também de se exercitar a crítica. Essas manifestações tão comuns entre os trabalhadores, grosseiras até, lembram a análise de Bakhtin sobre a *Cultura popular*^[4]. No mundo da fábrica, a subversão da hierarquia, a quebra do ritmo intenso e da tensão no trabalho se faz através do relacionamento mais próximo entre os trabalhadores.

A leitura coletiva dos jornais do sindicato e da empresa e as discussões e comentários sobre as notícias veiculadas pelos telejornais são as pautas prediletas do dia-a-dia no local de trabalho, no bar, no ônibus para casa. Os sentidos compartilhados tornam-

A imprensa sindical e as relações interpessoais no mundo do trabalho apresentam-se como constituidores de um ponto de vista diferenciado

se alimento para a ação e manifestação em defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores.

Sua condição de operário de uma grande empresa montadora, membro de uma categoria com história marcante no cenário nacional, o faz sentir-se importante, faz com que ele se veja ocupando um lugar na sociedade, exercendo um papel de referência também em relação aos demais trabalhadores. A empresa e os colegas de trabalho fazem parte de uma segunda família. Valoriza a experiência atual, confrontando-a com o trabalho anterior, como conquista devido, principalmente, a seu próprio esforço pessoal e habilidade de trabalho. O orgulho de ser trabalhador metalúrgico de uma grande empresa é constantemente reafirmado em sua fala, o que o faz sentir-se como trabalhador que tem maior nível de informação e, portanto, condição de expressão política e sindical em defesa de seus direitos.

Finalmente, a imprensa sindical e as relações interpessoais com os colegas são os discursos que circulam no mundo do trabalho, que se apresentam como constituidores de um ponto de vista diferenciado. O acesso a esses discursos diferenciados é fundamental na formação de um ponto de vista crítico, de um



Jesus Carlos/Imagem/latina

É da experiência acumulada no cotidiano que o trabalhador constrói o seu aprendizado, constitui o seu ponto de vista, formula a sua ideologia

receptor mais exigente, capaz de questionar e saber escolher. Sem a diversidade de discursos e, portanto, o acesso a ponto de vista diferentes não há democracia, não se conquista a cidadania.

NOTAS

- 1- Este artigo é uma síntese do tema central do livro *Comunicação e trabalho. Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação*. Anita Garibaldi/Fapesp, São Paulo, 2001
- 2- Martín-Barbero, Jesus. *Dos meios às mediações*. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997
- 3- Rosa, Maria Inês. *Trabalho, subjetividade e poder*. Edusp, São Paulo, 1994
- 4- Bakhtin, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento. O contexto de François Rabelais*. Hucitec/Edunb, segunda edição, São Paulo/Brasília, 1993

Roseli Figaro é professora doutora na Escola de Comunicações e Artes (ECA), da Universidade de São Paulo (USP), e editora da revista *Comunicação & Educação*, publicação da ECA-USP

Palavras e fatos no processo

O mundo do senso comum é um saco de gatos no qual se misturam a ideologia das classes dominantes e breves reflexões críticas nascidas dos momentos de resistência

EMILIO GENNARI

Ao avaliar a ausência de uma reação popular consistente diante dos desmandos das elites, as organizações de esquerda concordam em dizer que “o nosso povo não tem consciência”. Explicações para isso não faltam: a lavagem cerebral da Rede Globo, os Ratinhos da vida, a enxurrada de programas, músicas e notícias que anestesiam as pessoas diante da dura realidade do dia-a-dia.

Muitas vezes, as nossas reflexões param por aqui e acreditamos estar no caminho certo ao apontar no nosso adversário a causa dos estragos provocados na cabeça do povo simples, como se a nossa derrota não fosse o objetivo que as elites perseguem para manter e aprimorar suas formas de exploração. Quase ninguém se aventura numa avaliação profunda da nossa ação, pois estamos convencidos de que estamos fazendo a nossa parte. Afinal, nunca se publicou tanto material na forma de cartazes, jornais, boletins e informativos de todos os tipos; potentes carros de som fazem ecoar a nossa voz nas ruas e nos pátios das empresas; nossos representantes ocupam cargos nas instituições da República e falam das mais altas tribunas do Estado. Ainda assim, as pessoas não se mexem, e quando se manifestam é

sempre aquém das expectativas e das necessidades.

Como a saída não é “trocar de povo”, vale a pena dar alguns passos no sentido de pôr o dedo nas nossas feridas e, quem sabe, produzir reflexões fecundas.

RESIGNAÇÃO E RESISTÊNCIA

Em geral, quando nos relacionamos com as pessoas não percebemos que elas interpretam o cotidiano através de idéias, valores e critérios de análise que mesclam, de forma bizarra e incoerente, convites à resignação e à resistência diante da realidade em que vivem. O mundo do senso comum é justamente isso: um saco de gatos no qual se misturam expressões das classes dominantes, traduzidas e mastigadas na forma de crenças e regras de vida que são transmitidas através das relações do dia-a-dia, e breves reflexões críticas que nascem dos momentos de resistência individual e coletiva diante do peso da exploração.

Apesar de contraditória e inconsequente, é justamente esta visão de mundo que faz as pessoas se sentirem seguras, se comunicarem uma com a outra e interpretar os acontecimentos ora como obra do acaso ou como algo



Às vezes, a posição de “dirigente” faz com que se pareça como portador da verdade absoluta

“natural”, ora como um estímulo à revolta e à reflexão. Na maioria das vezes, as breves expressões de resistência são permeadas pela saudade, pelo medo do novo, pelo receio de que uma situação de desordem possa vir ameaçar o

de consciência



Além da mídia, a elite procura fazer com que a vida familiar reproduza seus valores e organiza momentos de participação para reafirmar suas idéias

Neste cenário, o próprio sentimento de solidariedade se torna um meio para ocultar as contradições do sistema e mostrar que, juntos, trabalhadores e patrões podem enfrentar os problemas que, “fatalmente”, a história põe em nosso caminho. Trata-se de respostas concretas que envolvem as pessoas levando-as a experimentar que há saídas possíveis, a vivenciar atitudes que “dão resultado” e que, ao dialogar com o senso comum através de fatos e palavras, levam o povo simples a vivenciar uma compreensão da realidade que atende às necessidades das elites.

DIÁLOGO DE SURDOS

Olhando agora para a nossa maneira de lidar com a visão de mundo das pessoas, tenho constatado que, mais do que dialogar com as expressões do senso comum, estamos preocupados em discursar para ele a partir de valores, idéias e critérios de análise que lhe são incompreensíveis. Não paramos para ouvir as pessoas e, menos ainda, nos dispomos a perceber, incorporar e tornar coerentes as expressões que manifestam seus fragmentos de dignidade, resistência e rebeldia graças aos quais poderíamos construir a dúvida no coração do senso comum e começar um longo e

pouco que se tem e por uma vaga esperança num futuro melhor a ser construído por uma liderança iluminada ou pela ação milagrosa de alguma entidade sobrenatural.

Esta visão de mundo é moldada e consolidada não só através de palavras, mas de fatos e relações que fazem o cotidiano das pessoas. Não é por acaso que, além de usar a mídia, a elite se preocupa em fazer com que a vida familiar reproduza seus valores, em organizar momentos de participação que reafirmem as

idéias dominantes e consolidem no povo a sua compreensão da realidade. É assim com os projetos de trabalho voluntário, as campanhas contra a fome, os eventos culturais que sublinham a importância da iniciativa privada e a longa lista de momentos nos quais as classes dominantes convidam o povo simples a pagar do seu bolso pela miséria e o desemprego alimentados pelo funcionamento dos mecanismos de exploração que garantem seus lucros.

A luta pelo cargo, diferente da luta pelo poder, marca o cotidiano da política;

demorado processo pelo qual é possível questionar os elementos que levam à resignação e ao conformismo diante do cotidiano da exploração.

**Não é possível
construir uma
sociedade justa
sem superar a divisão
entre dirigentes
e dirigidos**

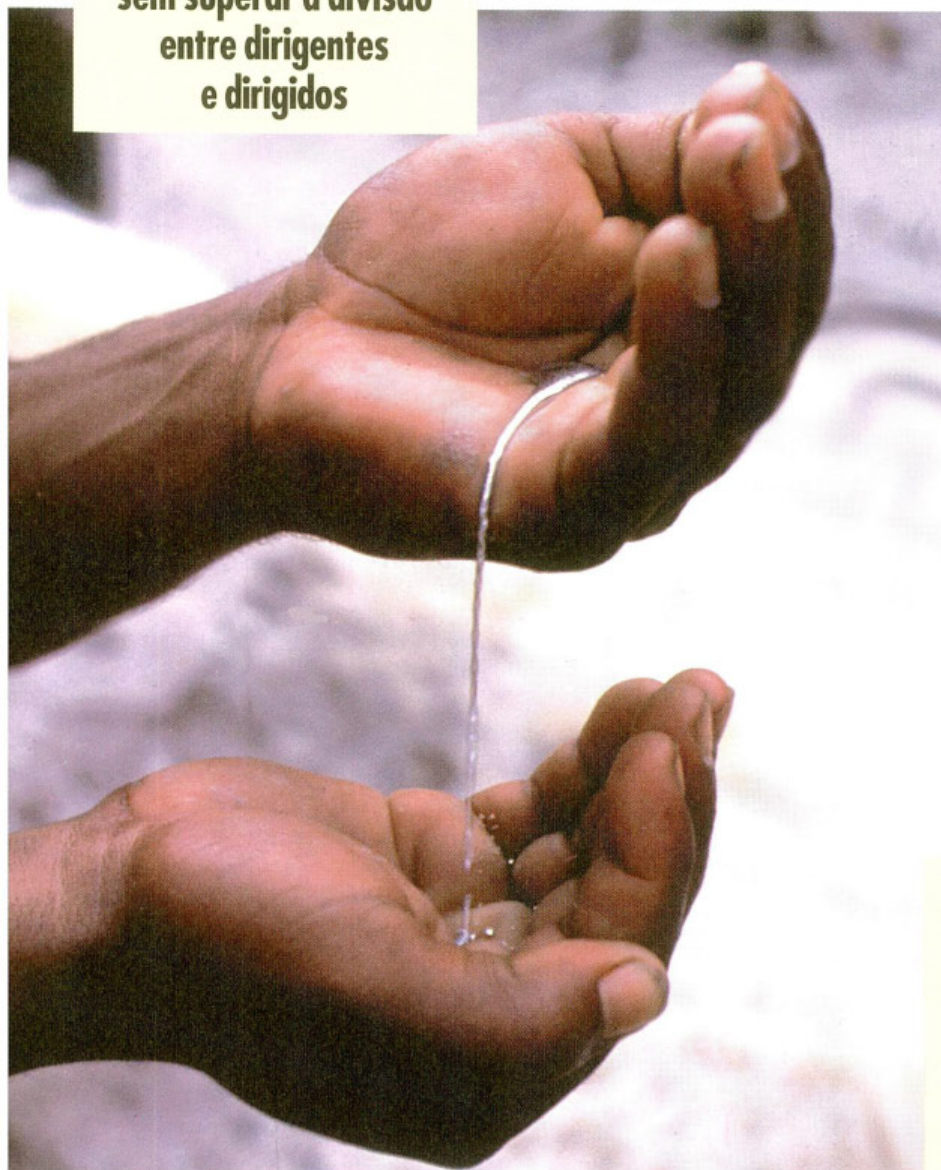
Às vezes de forma inconsciente, nossa posição de “dirigentes”, assessores, parlamentares, etc., nos faz sentir como portadores de uma verdade absoluta diante da qual o povo simples tem uma única forma de agir: ouve e concorda em nossa presença, para se livrar das nossas chatices o mais rápido possível, mas, ao nos afastarmos dele,

sacode a cabeça e volta a reafirmar as suas posições. Não é para menos. A sua vida e suas angústias não encontram espaço nos nossos discursos que, freqüentemente, se limitam a questões gerais ou projetam toda solução para um futuro distante, impossível de ser vislumbrado a partir do presente.

A coisa não seria tão grave se esta incapacidade de ver e ouvir as pessoas fosse limitada às atitudes deste ou daquele membro do partido, do sindicato ou do movimento. O problema é que este é o resultado da maneira de “fazer política” das esquerdas. Vejamos. Além do autoritarismo que caracteriza a nossa história e marca a ausência de um debate democrático em nossas organizações, o trabalho de organização de base (que não deve ser confundido com a agitação e a aproximação de possíveis cabos eleitorais) tem se tornado “coisa do passado”, algo sobre o qual todos falam, mas que ninguém faz. E isso não é por acaso.

Trata-se de um trabalho lento de inserção numa realidade cujas respostas virão a longo prazo, que não garante aplausos e reconhecimentos públicos e para cuja realização se faz necessária uma boa dose de paciência,

**A elite torna
o sentimento de
solidariedade um
meio para ocultar
as contradições do
capitalismo**



Julio Etchart/Imaginet

claro, em nome do povo e pelo povo, mas, estranhamente, sem o povo

capacidade de envolver as pessoas no planejamento, na execução e avaliação das ações a serem realizadas, firmeza de princípios, coerência, diálogo, desprendimento, paixão e uma fundamentação teórica que permite debater aberta e democraticamente cada passo em direção ao futuro que se pretende construir.

INSERÇÃO NO QUOTIDIANO

Além disso, não é de hoje que o palanque, as conversas de bastidores, os resultados das pesquisas de opinião, o marketing e as preocupações com a imagem projetada pela mídia ocupam o centro da ação política. Cada vez mais, as decisões são tomadas pelas cúpulas e, no máximo, referendadas junto às bases; os grupos parlamentares dos partidos de esquerda mandam, definem as estratégias de luta e buscam votos de confiança que mais se parecem com a assinatura de um cheque em branco. Não bastasse isso, os poucos momentos de envolvimento de um número maior de pessoas se dão na hora das eleições (cada vez mais, pela esperança de ter acesso àquela “vaga” do gabinete) ou em manifestações pontuais que tendem a referendar a importância desta ou daquela figura de destaque.

A luta pelo cargo (diferente da luta pelo poder) marca o cotidiano da política, claro, em nome do povo e pelo povo, mas, estranhamente, sem o povo. Votar em fulano e não em sicrano é sinônimo de ter consciência, mesmo que os eleitores de nossos



candidatos não conheçam suas propostas ou não consigam distingui-las das de outros. Os projetos de ação das esquerdas se confundem cada vez mais com os planos das elites e a maneira de fazer política nega, na prática, o que os discursos inflamados pretendem apresentar.

Apesar da retórica, a verdade é que a política foi sendo progressivamente seqüestrada da vida das pessoas. Por isso, acreditar que o dia-a-dia dos partidos, dos sindicatos e dos demais movimentos de esquerda possa elevar a consciência do povo não passa de profissão de fé. Quando os fatos contradizem o que as palavras pretendem afirmar não há quem convença o senso comum a abrir espaços para que suas crenças, práticas e valores possam ser questionados. O máximo que pode se estabelecer é um diálogo de surdos cujos resultados estão diante de nós.

Se as esquerdas realmente se propõem a destruir os mecanismos de exploração e de morte que fazem girar as engrenagens do poder, devem começar a avaliar a sua prática à luz de um elemento básico da política: a divisão entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados. Não é possível construir uma ordem social que acabe com toda forma de exploração e discriminação sem superar esta divisão, sem criar os meios para que as pessoas tenham ao seu alcance as ferramentas que lhes permitem interpretar a realidade e agir para mudá-la. Isso supõe a construção de uma nova maneira de fazer política a partir de baixo, um envolvimento e uma inserção no cotidiano do povo capaz de educá-lo e fazê-lo avançar com fatos e palavras que criam novas realidades e constituem marcos visíveis ao redor dos quais é possível dialogar com o senso comum.

Levar as classes trabalhadoras a preencherem com suas lutas as páginas da história não é, e nunca foi, fácil. Mas esta tarefa torna-se impossível quando quem pretende ensinar-lhes a escrever nega-lhes, na prática, os meios que poderiam levá-las a traçar os primeiros rabiscos. O indicador que aponta a falta de consciência do povo como responsável pelos nossos fracassos ainda oculta os três dedos que, dobrados em nossa direção, cobram respostas incômodas, porém, necessárias.

Emílio Gennari é integrante do Centro de Documento e Pesquisa Vergueiro (CPV) e autor do livro *Sindicato e organização de base — passos e tropeços de ontem e de hoje*

Unicidade sindical: resposta a uma questão

Durante os anos de luta pela redemocratização do Brasil tornou-se moeda corrente a idéia de que a unicidade sindical era a principal herança do fascismo na organização dos trabalhadores. Liberais e libertários, acadêmicos e ativistas, trotskistas e católicos convergiam sem se darem conta de que o artigo III da *Carta del Lavoro* declara que “a organização sindical é livre, mas só o sindicato legalmente reconhecido e submetido ao controle do Estado tem o direito de representar legalmente toda a categoria”.

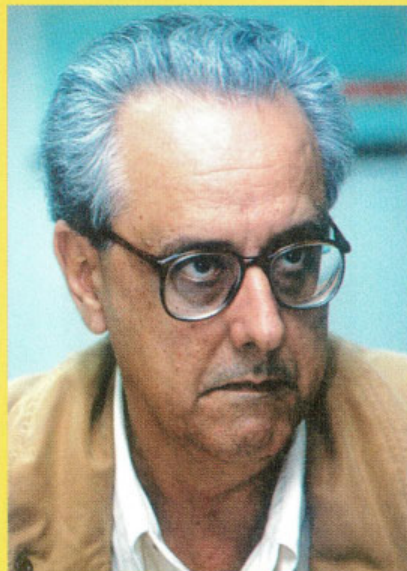
Não é a forma (unicidade), nem a função (representar toda a categoria), mas o conteúdo (submissão ao Estado) que aponta o caráter fascista da instituição.

E, durante todos estes anos em que não leram a *Carta del Lavoro*, jamais fizeram uma pergunta chave: derrotado e eliminado o fascismo, conquistada a democracia, que organização sindical interessava aos trabalhadores italianos, que estrutura sindical almejavam?

PACTO DE ROMA

Voltemos aos tempos da Segunda Guerra Mundial. Depois da greve geral de março de 1944 contra os ocupantes nazistas, os dirigentes sindicais da resistência reuniram-se clandestinamente em Roma e assinaram uma

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



Após o fim do fascismo e da Carta del Lavoro, sindicatos exigem a unicidade

“declaração sobre a realização da unicidade sindical”, conhecida como “Pacto de Roma” (03 de junho de 1944), dois dias antes da entrada dos exércitos aliados na cidade.

Eis o primeiro ponto desta declaração (e que responde àquela pergunta que os brasileiros jamais fizeram):

“Os representantes das principais correntes sindicais dos trabalhadores italianos – comunistas, democrata-cristãos e socialistas – depois de uma ampla troca de pontos de vista sobre o problema sindical na Itália libertada do invasor alemão e de seus cúmplices fascistas, convencidos que a unidade de todos os trabalhadores, sem distinção de opiniões políticas e de fé religiosa, é o instrumento mais eficaz para a imensa tarefa de reconstrução do país (tarefa que

se apoiará necessariamente nas forças do trabalho), declaram com ênfase e com unanimidade o seguinte acordo:

Realizar a unicidade sindical através da constituição, por uma iniciativa comum, de um único organismo confederativo em todo o território nacional, denominado Confederação Geral Italiana do Trabalho; de uma única federação nacional para cada setor de atividade produtiva; de uma única Câmara Confederativa do Trabalho em cada província; de um único sindicato local e provincial para cada setor e categoria de atividade produtiva”.

PLURALIDADE IMPOSTA

A pluralidade sindical somente se instaurou depois da cisão na CGIL, em 1948. Cedo a palavra a um professor italiano: “A ruptura da unidade organizativa foi proposta como elemento determinante do enfraquecimento do sindicato na relação de conflito entre capital e trabalho. Foi provocada por um projeto político amadurecido fora do sindicato, nos partidos da nova maioria (sem os comunistas, observação minha), sob a pressão conjunta proveniente do Vaticano e dos Estados Unidos” (Piero Craveri, *Sindacato e istituzioni nel dopoguerra*, Editora Il Mulino, Bolonha, 1977, página 237).

Os trabalhadores italianos que derrotaram o fascismo queriam a unicidade; a pluralidade sindical lhes foi imposta.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades em São Paulo



Os desafios do movimento operário e sindical mundial

Seminário internacional, realizado na Grécia, discute as causas da crise do sindicalismo e aponta para a possibilidade de um novo ascenso da luta operária

ALTAMIRO BORGES

Com a participação de 39 países, representados por 51 organizações partidárias, realizou-se em Atenas, Grécia, de 22 a 24 de junho, o seminário internacional sobre “Os comunistas e o movimento operário e sindical”. O encontro evidenciou a crise vivida pelo sindicalismo e pelas forças revolucionárias e apontou os principais desafios para o próximo período da luta de classes. Ele serviu como importante intercâmbio de experiências entre organizações que atuam nas mais diversas realidades em todos os continentes.

Este foi o terceiro seminário mundial organizado pelo PC da Grécia – os anteriores trataram da

“atualidade do partido comunista” e dos “efeitos da globalização”. Realizados anualmente, eles visam refletir sobre os temas candentes que afetam a luta do proletariado. Com tradição histórica e prestígio na sociedade – possui jornal

“A burguesia tenta manipular; já os sindicatos não têm estratégia e vinga a lógica de não perder muito e não demandar muito”

diário, estação de rádio e canal de tv a cabo, está inserido no movimento sindical, conta com uma ativa organização juvenil e tem presença marcante no parlamento –, o KKE (Partido Comunista da Grécia) procura, desta maneira, estreitar os laços e os contatos entre as organizações operárias do mundo todo.

GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

O diagnóstico do quadro mundial da luta operária indicou, por um lado, que há problemas similares a todos os países, uniformizados pela “globalização neoliberal”; por outro, apontou particularidades e vicissitudes de

cada região. No primeiro caso, ficou patente a brutal ofensiva do capital, orquestrada pelas agências imperialistas e corporações multinacionais, para retirar direitos trabalhistas, agredir a soberania das nações e restringir os espaços democráticos – inclusive com ataques aos sindicatos e aos partidos revolucionários.

Indicou também que, em decorrência desta ofensiva e das profundas mutações no “mundo do trabalho”, verifica-se atualmente um cenário de defensiva do movimento operário e sindical. Na maioria dos países presentes ocorre queda nas taxas de sindicalização, perda de representatividade das entidades e fraturas nas cúpulas. Neste contexto adverso, cresce a presença de forças reformistas, de direita e de “esquerda”, ligadas à social-democracia, e aumenta a tendência à burocratização e institucionalização do sindicalismo.

Como afirmou Aleka Paparigha, secretária-geral do PC da Grécia, logo na abertura do seminário, é visível o “esforço da burguesia para manipular o movimento sindical. Os governos recrudescem na repressão à luta operária, como em nosso país, com a falsa ‘lei contra o terrorismo’. Já os sindicatos não possuem estratégia na luta contra o ajuste capitalista. Vingam as opiniões oportunistas de conciliação das classes, de flerte com a burguesia. A lógica que prevalece é a de não perder muito e a de não demandar muito”.

Já no que se refere às particularidades regionais ou nacionais, o seminário foi riquíssimo em informações. Dos vários partidos do Leste Europeu (Rússia, Bulgária, Hungria,

Romênia, Iugoslávia, Checoslováquia, entre outros), foram apresentados relatos dramáticos do processo de destruição das bases socialistas e da fúria autoritária. Em muitos deles, os sindicatos são atrelados ao Estado e os partidos atuam na ilegalidade. Já dos partidos da Europa Ocidental (Portugal, Espanha, Itália, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, entre outros), impressionaram os depoimentos sobre a resistência operária ao desmonte do Estado de Bem-Estar Social.

Do Oriente Médio, a atuação das várias organizações (Líbano, Síria, Israel) está centrada na luta nacional, no combate à agressão sionista. Do continente americano, as denúncias dos dirigentes das Farc e do PC colombiano, sobre a violência militar e os objetivos do Plano Colômbia, impactaram os participantes. “Na década de 90, foram assassinados 4 mil dirigentes sindicais; somente no primeiro semestre deste ano, mais 45 foram mortos”, informou Jorge Gómez, dirigente do PC. Também chamaram a atenção os depoimentos dos partidos comunistas no poder (Cuba, Vietnã e Coréia do Norte – a ausência da China foi sentida), que falaram dos seus esforços na construção do socialismo e sobre o papel do sindicalismo.

DESAFIOS FUTUROS

Segundo os oradores dos vários partidos, este cenário adverso dá os primeiros sinais de mudança. Todos se referiram aos constantes protestos contra a “globalização neoliberal” – defendendo a necessidade dos PCs reforçarem estas manifestações, como a de

Gênova contra o G-8 – e ao crescente descontentamento popular em seus países contra as políticas neoliberais. Diante da possibilidade de um novo ascenso da luta operária, os comunistas presentes apontaram as prioridades da sua ação, tendo como perspectiva o socialismo.

Um consenso nos discursos foi sobre a urgência da elaboração de plataformas alternativas contra a ofensiva neoliberal e a regressão capitalista. Diante da reestruturação produtiva, muitos enfatizaram a importância “estratégica” da bandeira da redução da jornada. Outros insistiram na necessidade da internacionalização das lutas sindicais diante da “globalização neoliberal”. As campanhas por aumentos reais de salários e contra a flexibilização trabalhista também foram reafirmadas pelos participantes.

Já no tocante à ação sindical, houve consenso na defesa da participação ativa dos militantes comunistas nos sindicatos existentes. Muitos defenderam que esta atuação deveria estar centrada na construção de forças classistas, visando denunciar as políticas de conciliação de classes. Em alguns países, como na Grécia e na Espanha, estes partidos organizam correntes classistas para disputar a hegemonia no sindicalismo. Outra unanimidade foi sobre a necessidade dos PCs aparecerem mais com fisionomia própria, realizando o combate ideológico, encabeçando jornadas de luta e priorizando a organização e formação dos comunistas.

Altamiro Borges é jornalista, editor da *Debate Sindical*. Esteve presente ao seminário juntamente com o presidente da CUT/Bahia, Everaldo Augusto



ARGENTINA REBELDE I

Nos últimos meses, a Argentina vem sendo palco de grandes manifestações. Um documento da CGT diz: “Há outra Argentina que nasce rompendo a injustiça, miséria, cumplicidade, corrupção e traição dos governantes. É a Argentina que nasce da indignação, da dignidade, da identidade nacional, dessa consciência que ressurge”. Num dos protestos, duas pessoas morreram. O país, com apenas 37 milhões de habitantes, possui mais de 4 milhões de desempregados e cerca de 15 milhões de pobres.

ARGENTINA REBELDE II

Adolfo Pérez Esquivel, prêmio Nobel da paz, enviou à Unicef uma representação pedindo proteção às crianças de famílias pobres que recebem instrução militar em troca de roupa e comida na província de Jujuy. Uma integrante da organização “Avós da Praça de Maio”, Estela de Carlotto, classificou o caso

como “uma ação perversa e sinistra”.

MCDONALD'S

No Uruguai, um movimento de trabalhadores do McDonald's está exigindo o direito de sindicalização. Reivindica, ainda, pagamento de adicional noturno, jornada semanal de 30 horas e a permissão para o recebimento de gorjetas. A organização diz que apenas na Suécia e na cidade de Dublin, na Irlanda, os funcionários do grupo podem ser sindicalizados.

MORTOS NA COLÔMBIA

Como resultado da violência policial, dois camponeses foram assassinados e mais de cem ficaram feridos, incluindo mulheres e crianças, no “Dia nacional de paralisação dos trabalhadores agrários”, em 2 de agosto. “Chamamos os organismos de direitos humanos, organizações sindicais e comunidades nacionais e internacionais a exigir que o Estado colombiano cesse a violência militar”, diz uma nota das organizações.

MARCHA NO EQUADOR

Uma marcha percorreu o Equador para protestar contra a política econômica do presidente Gustavo Noboa e sua adesão ao Plano Colômbia. Em 10 de agosto, dia da independência do Equador, a marcha chegou a Quito, onde houve um grande ato público. As organizações responsáveis pelo protesto denunciavam, ainda, que o governo já gastou US\$ 5 milhões num plano “salva-bancos”, semelhante ao Proer brasileiro.

GREVE NO URUGUAI

Uma greve geral de 24 horas paralisou o Uruguai para protestar contra as privatizações, a

recessão e o desemprego que assola o país. A greve contou com apoio das câmaras empresariais da indústria, da construção, exportadores, importadores e produtores agropecuários.

CORÉIA DO SUL

Na Coreia do Sul, trabalhadores realizaram greve geral exigindo melhores salários e protestando contra a entrega de empresas ao capital estrangeiro. Na tentativa de impedir seu alastramento, o governo determinou a prisão de 40 líderes sindicais e enviou tropas às indústrias. Desde que a maior empresa automobilística do país, a Daewoo, entrou em crise, trabalhadores protestam em defesa da soberania nacional.

DEMISSÕES MUNDIAIS

O jornal *Financial Times* diz que a Chrysler pretende demitir 26 mil trabalhadores. Outros 9.600 serão demitidos na Mitsubishi, subsidiária da Daimler-Chrysler. A Nortel Networks Corp., do Canadá, anunciou a demissão de 10 mil trabalhadores. E a suíça Roche vai liquidar 3 mil postos de trabalho. Essas medidas, diz a empresa, visam aumentar o lucro em 20% a 25% até 2004.

PROTESTO NA FRANÇA

Paris foi tomada por manifestantes em protesto contra a violenta repressão ocorrida em Gênova durante a reunião do G-7 – na ocasião, a polícia matou a tiros o jovem Carlo Giuliani, de 20 anos, e feriu mais de 230 pessoas. Uma marcha percorreu as principais ruas da capital francesa e terminou com um ato em frente a embaixada da Itália. Protestos semelhantes, contra a ação fascista de Berlusconi, ocorreram em outros países.

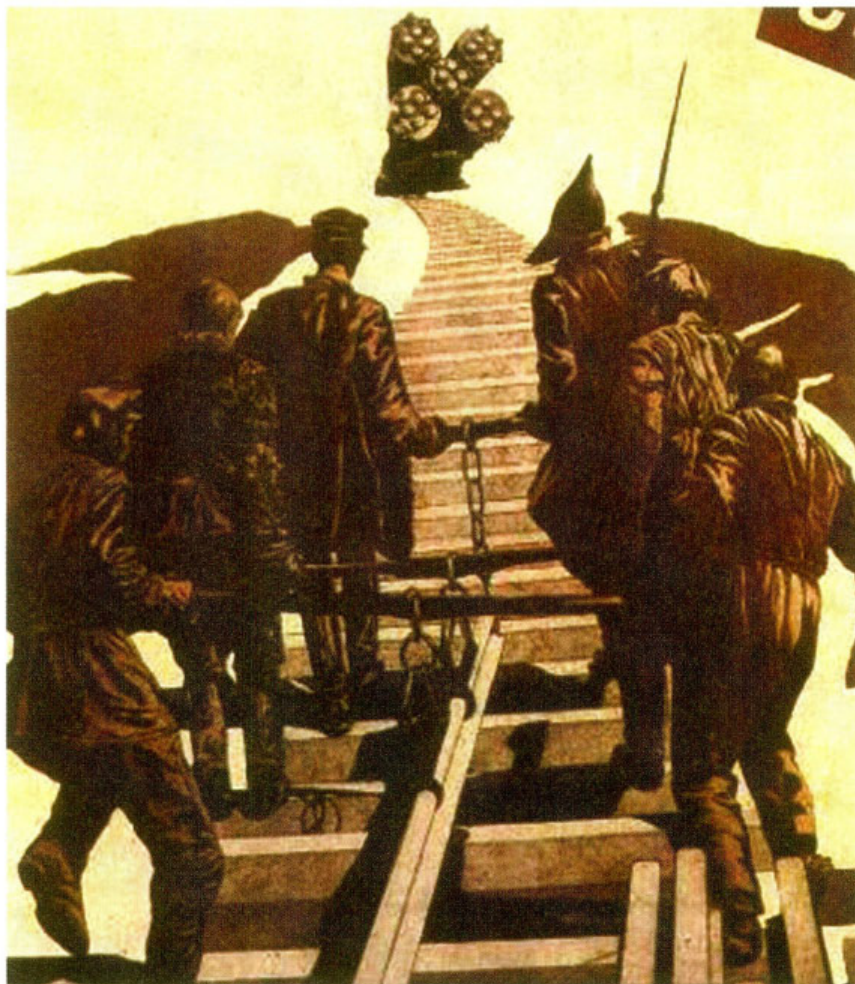
A classe operária e a

Não há um grande momento no processo de transformação revolucionária do século passado que não tenha tido a classe operária na linha de frente dos combates

AUGUSTO BUONICORE

Lênin gostava de afirmar que o marxismo não era um dogma, uma doutrina acabada, pronta, imutável, mas era um guia para ação e por isso mesmo não podia deixar de refletir as mudanças ocorridas na vida social. Portanto, o marxismo revolucionário pressupõe retificações e atualizações permanentes e o próprio Lênin foi um dos teóricos que mais contribuiu para isso no século XX. Mas as retificações e atualizações leninistas estiveram sempre sustentadas nos pilares básicos do marxismo. Pilares sem os quais o marxismo passa a ser outra coisa e não mais marxismo.

No entanto, existem, no movimento socialista, aqueles teóricos que em nome da atualização do marxismo minam a suas próprias bases revolucionárias e constroem uma nova teoria que pouco tem haver com a original. Esta corrente intelectual recebeu o nome de *revisionismo*. Em nome da construção de um marxismo sem utopias constrói-se uma nova



utopia distante do marxismo. A corrente revisionista, embora derrotada num primeiro momento, mostrou uma incrível capacidade de sobrevivência.

O EXEMPLO DA ALEMANHA

Vários desses autores buscaram negar o papel revolucionário desempenhado pela classe operária e alguns defenderam mesmo que esta seria uma classe essencialmente reformista e que as vicissitudes da direita social-

democrata seriam vicissitudes da própria classe. Portanto, se houve uma traição em agosto de 1914, quando os deputados sociais-democratas votaram os créditos para guerra imperialista, ela teria sido da própria classe operária que, com seu apoio entusiástico à guerra, teria empurrado os partidos sociais-democratas para posições chauvinistas.

Sem dúvida, é verdade que a classe operária da Alemanha foi arrastada pela onda belicista que tomou conta do país em 1914. Mas a base social desse

revolução no século XX

nacionalismo estreito se encontrava na pequena-burguesia urbana e rural. Esta foi a primeira a entrar e a última a romper com as ilusões nacional-imperialistas, engendradas pela burguesia. Pelo contrário, a massa operária foi a última a entrar e a primeira a romper com esta ilusão.

No entanto, a classe operária alemã poderia ter sido preservada se a direção de seu partido tivesse tomado uma posição mais conseqüente e denunciado a guerra. Isto teria ajudado a debelar as ilusões belicistas mais cedo e teria mesmo impedido que parcelas numerosas do proletariado alemão ingressassem nela. O papel da direção neste momento foi fundamental. Aqui reside a traição social-democrata.

Nos países em que a direção do movimento socialista se colocou decididamente contra a guerra, a penetração do chauvinismo na classe operária foi mais difícil e quando houve foi mais epidérmica e logo superada. O melhor exemplo foi o ocorrido na Rússia.

Os reformistas subestimam a violenta pressão ideológica exercida pela grande burguesia e pelas classes médias tradicionais sobre o proletariado. Marx afirmava, com razão, que as idéias dominantes são as idéias das classes dominantes. E estas idéias penetram em maior profundidade nas massas se a direção não se coloca como tarefa travar a luta de classes no campo das idéias e capitula diante do adversário mais forte.

Mesmo na Alemanha foram os operários que, contra a direção

social-democrata, tomaram à frente dos combates de rua contra a guerra e em defesa da revolução. O sentimento nacionalista dos primeiros dias da guerra foi substituído pela revolta. Nas fábricas, os operários se rebelaram diante do alistamento militar forçado, dos constantes cortes nos salários e do racionamento.

Os operários em greve formaram espontaneamente conselhos de operários e soldados. Em novembro de 1918, rebelaram-se em Berlim e forçaram a direção do Partido Social Democrata da Alemanha (PSDA) a aderir ao movimento. A pressão operária levou a proclamação imediata da República, que também não estava nos planos da direção reformista do PSDA.

A REVOLUÇÃO RUSSA

Os reformistas, para justificarem as suas teses, vêem-se obrigados a revisar a própria história da revolução socialista de outubro, visando minimizar o papel da classe operária neste

processo, transformando-o em um simples golpe de Estado promovido pelos bolcheviques. Mas, a participação da classe operária no processo revolucionário russo é incontestável até mesmo para os historiadores liberais-burgueses.

Já na revolução de 1905, ela demonstrou o seu espírito revolucionário. Após o “Domingo Vermelho”, mais de 400 mil operários paralisaram as suas atividades e a greve se transformou em uma insurreição popular. Novamente em outubro, a classe operária russa esteve à frente da maior greve geral da história. Foi constituído o soviete de trabalhadores de Petrogrado. Esta foi uma forma de organização política tipicamente operária nascida em um momento de ruptura revolucionária.

Lênin afirmou que o soviete “não era apenas um ‘comitê de greve’, mas sim um governo provisório revolucionário!”. Portanto os operários russos não combateram só por salários e melhoria das condições de trabalho; lutaram para por abaixo o governo autocrático do czar, utilizando-se da forma mais avançada de luta: a insurreição armada.

Em fevereiro de 1917, foram novamente os operários que tomaram a palavra para por abaixo a autocracia czarista. Realizaram grandes manifestações de rua e reconstruíram os sovietes de operários e soldados. A revolução, portanto, foi obra da classe operária russa, especialmente da sua vanguarda de Petrogrado e Moscou. Porém,

Mesmo na Alemanha, o sentimento nacionalista dos primeiros dias da guerra foi substituído pela revolta operária e pela defesa da revolução socialista

A participação da classe operária no processo revolucionário russo é incontestável

o governo provisório trairia a confiança dos trabalhadores, não garantindo a paz, nem a terra e nem o pão. Em junho, mais de meio milhão de operários e soldados saíram às ruas exigindo a expulsão dos ministros capitalistas e a formação de um governo exclusivamente socialista. Em julho, ocorreria nova manifestação com cerca de 500 mil pessoas. Eis a base social da revolução de outubro.

A maioria dos historiadores sociais-democratas confunde a revolução russa com o ato de tomada do Palácio de Inverno, no qual o número de baixas foi pequeno. Mas esquece das centenas de milhares de operários que perderiam suas vidas na defesa da revolução. A história registra a participação destacada que tiveram os operários de Petrogrado e de Moscou na guerra civil. A classe operária russa sangraria fundo para defender o seu Estado. Durante a guerra, Petrogrado perdeu 57,5% de sua população e Moscou, 44,5%.

O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Esses historiadores, em geral, também cometem o erro de confundir a participação da classe operária na revolução com a composição social da direção do partido bolchevique em outubro de 1917. Buscam, assim, cavar um fosso entre a classe operária russa, essencialmente reformista, e o Partido Bolchevique, representando os intelectuais revolucionários.

De fato existia um número reduzido de operários na direção



■ Maio de 1968, Place de la République, Paris

central do Partido Bolchevique e isto deveu-se às próprias particularidades do processo de formação de um partido revolucionário sob um regime reacionário, que é obrigado a viver grande parte de sua vida na dura clandestinidade. No entanto, o processo revolucionário aberto a partir de fevereiro de 1917 criou uma nova conjuntura que permitiu que ingressassem dezenas de milhares de operários no partido, que mais tarde iriam compor as suas direções nos mais diversos níveis. O número de filiados ao Partido Bolchevique subiu de 24 mil, em março, para

240 mil em outubro de 1917 – a grande maioria era de operários revolucionários.

A íntima relação existente entre a classe operária revolucionária e o partido bolchevique pode ser aquilatada pelo rápido crescimento da influência dos bolcheviques nos soviets. No 1º Congresso dos Soviotes, os bolcheviques possuíam cerca de 16% dos delegados; alguns meses depois, no 2º Congresso, 58% dos delegados declaravam-se favoráveis às teses bolcheviques.

Mas não só na revolução alemã e russa a classe operária teve papel fundamental enquanto classe mais revolucionária. Podemos mesmo afirmar que não há um grande momento do processo de transformação revolucionária no século XX que não tivesse a classe operária na linha de frente dos combates.

A própria burguesia, durante todo o século XX, teve consciência do perigo que representava o proletariado para o seu projeto societal. O fantasma

A maior parte dos assalariados intelectuais compõe o proletariado, num sentido ampliado; e alguns fazem parte da própria classe operária, num sentido estreito

até mesmo para os historiadores liberais-burgueses

da revolução obrigou-a, de um lado, a fazer concessões políticas e econômicas para os trabalhadores e, por outro, a utilizar-se da mais brutal repressão.

Não é correta a opinião de que teria sido a tática reformista a responsável pela constituição de um Estado do Bem-Estar Social na Europa, que permitiu ao proletariado conquistar melhores condições de trabalho e de vida. Pelo contrário. Foi a luta tenaz dos operários, muitas vezes com armas nas mãos, que impeliu a burguesia a ceder. Foi o fantasma da revolução operária, mais do que a “lengalenga” reformista, que trouxe vitórias aos trabalhadores. Não é à toa que quando a revolução refluí, e se afasta do campo de visão imediato, a burguesia avança sem piedade sobre os direitos sociais e não há reformismo que dê conta.

PROLETARIADO MODERNO

Diante do suposto reformismo ontológico da classe operária, alguns intelectuais buscam encontrar um substituto para ela. Eles acreditam encontra-lo nos chamados “assalariados intelectuais”. Seriam estes que teriam a “missão histórica” de dirigir o conjunto das classes trabalhadoras e impulsionar a classe operária até o limite das posições revolucionárias. Chegam mesmo a apresentar como possível modelo de processo de revolução socialista futura os acontecimentos de maio de 1968 na França, no qual os estudantes tiveram o papel central e a classe operária teria tido um papel subordinado.

Neste caso, geralmente, confunde-se a classe operária com a direção sindical reformista. Pois, de fato, na França, a radicalidade da greve geral e o movimento de ocupação de fábricas em maio foram além do simples reformismo social-democrata e pegou de surpresa a própria direção dos sindicatos e dos partidos de esquerda. O movimento se iniciou quase que espontaneamente. Mais de dez milhões de trabalhadores participaram da greve geral. O próprio acordo de Grenelle, realizado entre as lideranças sindicais e o governo De Gaulle, foi rejeitado pelas massas operárias em luta.

Por outro lado, onde foram parar as lideranças combativas dos estudantes-intelectuais que estiveram na crista da onda em maio de 1968? A grande parte dessas lideranças se social-democratizou. O próprio “*enfant terrible*” Cohn Bendit acabou melancolicamente apoiando o bombardeio imperialista na Iugoslávia.

O próprio conceito de “assalariados intelectuais” é impreciso. Podemos afirmar que a maior parte dos “assalariados intelectuais” faz parte do proletariado, num sentido ampliado, e que alguns compõem mesmo a própria classe operária contemporânea, num sentido estreito. O jornalista ou professor são “assalariados intelectuais” como é o trabalhador que opera uma complexa máquina de controle numérico. Todos fazem parte do proletariado moderno, como diz Engels, mas apenas o último faz parte da classe operária. Existem também os



“assalariados intelectuais” que não são proletários, como os gerentes de empresa. É inconcebível imaginar um alto executivo de empresa compondo a vanguarda das classes trabalhadoras.

Segundo a versão clássica do marxismo, o proletariado é uma força decididamente revolucionária na sociedade capitalista e a classe operária, estrito senso, é o seu núcleo duro. Esta tese, acredito, está plenamente confirmada pela conturbada história do século XX. Acredito ainda que será necessário um grande esforço político-prático da classe operária, dirigida pelo seu partido, para afastar importantes setores dos “assalariados intelectuais”, geralmente melhor remunerados e impregnados por preconceitos pequeno-burgueses (anti-socialistas), das malhas complexas da ideologia burguesa e colocá-los no trem da revolução socialista, que é o seu lugar. Mas nesse grande trem dos assalariados a locomotiva deve estar sob o controle da classe operária e seu partido.

Augusto César Buonicore é historiador, doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

Marx, Engels e os limites do sindicalismo

Ao mesmo tempo em que fizeram a defesa intransigente do valor dos sindicatos e das lutas operárias de caráter econômico, Marx e os marxistas sempre apontaram as limitações da *forma-sindicato*

GIOVANNI ALVES



Jesus Carlos/Imagemativa

É importante reconhecer a existência de uma dialética objetiva nos escritos de Marx (e Engels) sobre os sindicatos e o sindicalismo. De início, uma contradição real, de caráter histórico-ontológico, caracterizada, de um lado, pelo reconhecimento pleno dos limites do sindicalismo – ou da *forma-sindicato* – diante do movimento do capital e, por outro lado, a defesa intransigente do valor dos sindicatos (e das lutas operárias de caráter econômico). Esse seria um traço característico do pensamento clássico de Marx e dos marxistas.

Mesmo a integração (e a burocratização) dos sindicatos operários dos países capitalistas mais desenvolvidos na Europa

pós-1870 não significou, para Marx e os marxistas, a negação do valor dessas instituições operárias, em suas lutas cotidianas contra as usurpações do capital. Marx manteve sempre a esperança de que, das lutas econômicas da classe trabalhadora, nasceria a consciência da necessidade do partido político distinto enquanto *meio* para a total emancipação da classe trabalhadora.

Na verdade, Marx (e Engels) consideravam os sindicatos como *produto* das lutas espontâneas dos operários contra as usurpações dos capitalistas. O próprio fato da associação operária tinha uma relevância política da maior importância. As greves (e os sindicatos) tinham um sentido pedagógico, um *valor moral* (e

político), não importando os seus resultados imediatos. Na medida em que os sindicatos organizassem as greves e procurassem generalizá-las, eles contribuíam, nas palavras do próprio Marx, para “manter viva a combatividade da classe trabalhadora”. As greves impediam que a classe trabalhadora se tornasse uma massa desencorajada, irresoluta, desgastada e submissa. Enfim, impediam que os operários se transformassem em “instrumentos de produção patéticos, irreflexivos, mais ou menos bem nutridos”^[1]. Na verdade, serviam para lembrar aos operários a sua condição de escravos do trabalho assalariado e do capital.

PROCESSO CONTRADITÓRIO

Por outro lado, quando o movimento sindical se consolidou e uma fração da classe operária – a aristocracia operária – conquistou vantagens reais no interior do capitalismo, através da luta (e organização) sindical, Marx continuou a demonstrar o valor dessas lutas cotidianas como modo de encorajar os operários para um movimento de caráter político, “movimento de maior envergadura”, segundo ele^[2]. Além disso, para ele, uma classe operária instruída e não submetida a degradação moral e espiritual seria mais consciente (e capaz) das suas tarefas de construção de uma nova sociedade.

Marx pôs como referência ontológica do próprio modo de ser da classe de trabalhadores assalariados a *luta de classes*. A própria concepção de sindicatos e sindicalismo, enquanto organizações operárias, vinculava-se à perspectiva da greve contra o capitalista, personificação do capital, do estranhamento próprio da condição operária. A greve, a insatisfação, a rebeldia, eram, para Marx, intrínsecas ao modo de ser do proletariado.

Além de reconhecer o valor das lutas sindicais, Marx (e Engels) não deixaram de destacar a necessidade estrutural delas. As lutas econômicas faziam parte da própria condição operária, eram intrínsecas à condição da mercadoria-força de trabalho. Eles prognosticaram, contra as posições de Proudhon, Lassale e Bakunin, nos primórdios do capitalismo industrial, que os sindicatos e o sindicalismo seriam um aspecto marcante do nosso tempo. Eles acreditavam que enquanto houvesse capital haveria resistência dos assalariados e os

“Se não lutassem contra as arbitrariedades do capital, para que serviriam?”, pergunta Engels, para explicar a natureza do sindicato

sindicatos seriam a forma primordial da resistência cotidiana dos trabalhadores.

A difusão e a prosperidade do capitalismo, concomitante à expansão dos sindicatos (e das suas intervenções pela regulação dos salários e da jornada de trabalho), demonstraram ser correta essa indicação de Marx e Engels. No entanto, para eles, o processo social, posto pela emergência (e difusão) dos sindicatos sob o capitalismo, era contraditório, tendo em vista que a consciência sindicalista era considerada um momento necessário (e fugaz) da consciência política do proletariado, como *meio* para a sua total emancipação do jugo do capital.

CRÍTICA À FORMA-SINDICATO

Os sindicatos, mesmo sob o capitalismo tardio, no qual eles parecem estar integrados à lógica das relações industriais, não deixam de sofrer as mais diversas formas de coerção por parte dos capitalistas e de governos neoliberais. Nas últimas décadas, ataques políticos à autonomia sindical têm ocorrido em vários países capitalistas ocidentais. O que demonstra que a própria existência do sindicato, seja qual for o grau de colaboracionismo dos líderes sindicais, reafirma de fato a intransponível diferença entre capital e trabalho, fato por

demais perturbador para os capitalistas e defensores da ordem do capital. Engels, em 1881, enfatizou que, “enquanto durar o sistema de trabalho assalariado”, só a existência dos sindicatos já é uma prova suficiente da luta dos operários contra o capital, da existência de duas grandes classes antagônicas. E exclamou: “Se não lutassem contra as arbitrariedades do capital, para que serviriam?”^[3].

No entanto, Marx (e Engels) sempre mantiveram uma posição de crítica do sindicalismo e dos seus limites, não os limites de um tipo particular de sindicalismo, como o sindicalismo de ofício, por exemplo. Mas os limites da *forma-sindicato*. Mesmo o sindicalismo de indústria, um sindicalismo de massa que veio a prevalecer no século XX, possuía também, como característica principal, a luta meramente defensiva contra os abusos dos capitalistas. Enfim, a crítica de Marx, *intrínseca à sua crítica da economia política*, é a crítica da *forma-sindicato*, que tende a manter-se, por sua própria natureza, no interior do círculo de domínio do capital. É a crítica de uma forma de organização (e prática operária) inadequada para enfrentar os novos processos sociais postos pelo movimento do capital.

Encontramos a crítica da *forma-sindicato* pressuposta, por exemplo, em obras da juventude, tais como “*A Sagrada Família*”, de 1845. Nela, o jovem Marx destacou a importância dos operários formarem associações “onde não se contentam em informar-se mutuamente sobre as suas necessidades imediatas enquanto operários, mas também sobre as suas necessidades enquanto homens”^[4]. Além disso, em suas primeiras obras da

maturidade, tais como “*A Ideologia Alemã*”, de 1846-1847, Marx apresentou alguns elementos possíveis para uma crítica da *forma-sindicato*, da associação operária que trata apenas das necessidades dos operários enquanto operários. Nessa obra, Marx fez a diferença entre o *indivíduo pessoal* e o *indivíduo de classe*, e destacou que apenas uma coletividade dos operários revolucionários poderia desenvolver o indivíduo pessoal (incapaz de ser desenvolvida por organizações operárias que tratassem tão somente das necessidades dos operários enquanto operários, tais como os sindicatos)^[5].

A crítica da *forma-sindicato* permanece presente (e se explicitou) em passagens de outros textos, quando Marx enfatizou a necessidade dos sindicatos se converterem em *centros de organização da classe operária*^[6]. A ideia de *centro de organização da classe operária*, defendido por Marx durante suas intervenções na Internacional, em 1866, significava algo que iria muito além da natureza organizativa dos sindicatos. O sentido da sua proposta implicava transformar os velhos sindicatos em uniões de operários que organizassem os trabalhadores assalariados – empregados e desempregados, não apenas enquanto vendedores, reais ou virtuais, da mercadoria-força de trabalho, mas sim como *indivíduos-produtores*, potenciais criadores de uma nova sociedade, sem explorados e exploradores.

LÊNIN, ROSA E GRAMSCI

Essa ideia de crítica da *forma-sindicato* – que é parte



Jesus Carlos/Imagem/Alina

Crise do sindicalismo não é meramente conjuntural; a sua defensividade expressa limite estrutural diante do movimento do capital

incontestável da crítica da economia política – veio a caracterizar o marxismo clássico revolucionário no século XX. Por exemplo, Lênin iria demonstrar os limites da luta (e da consciência *tradeunionista*) e a necessidade da luta política revolucionária sob a direção do partido; Rosa Luxemburgo salientaria a incapacidade dos sindicatos em impedir a tendência de queda dos salários relativos; e Antonio Gramsci demonstraria ser um crítico mordaz do sindicalismo e da burocratização dos sindicatos e dos partidos operários.

Os limites do sindicalismo e dos sindicatos, postos pelas transformações capitalistas no limiar do século XXI, não são limites meramente conjunturais, que possam ser revertidos simplesmente por políticas operárias ofensivas no interior do aparelho sindical. Diante da crise estrutural do capital que atinge as economias capitalistas, com a reestruturação do complexo

histórico das condições sociais gerais de produção capitalista e das relações de exploração, a defensividade dos sindicatos (e das práticas sindicais) é a própria expressão dos limites estruturais da *forma sindicato* diante do movimento do capital.

Enquanto o movimento social do mundo do trabalho persistir vinculado, de maneira exclusiva, à *forma-sindicato*, cuja característica é a luta meramente defensiva, de caráter econômico ou político, contra a lógica do capital, continuará com sérias limitações diante do “sujeito”-*fetiche* da modernização que domina o complexo societário contemporâneo.

NOTAS

- 1- Marx, I, 12, p. 206
- 2- Marx, Karl. *Salário, preço e lucro* p. 84
- 3- Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Sindicalismo*, p. 41
- 4- Marx, Karl. *A sagrada família*, p. 78
- 5- Marx, Karl. *A ideologia alemã*, pp. 117.119
- 6- Marx, Karl. *La Internacional*, p. 20

Giovanni Alves é professor de sociologia da Unesp/Marília e autor dos livros “*O novo (e precário) mundo do trabalho*” (Boitempo, 2000) e “*Dimensões da globalização – O capital e suas contradições*” (Praxis, 2001). Correio eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br.

Sobre o conceito e o “não conceito” de classes em Marx

Os questionamentos sobre o conceito marxista de classes se intensificaram nas últimas décadas. O que há de comum neles é que muitos não captaram apropriadamente a forma como Marx trabalhava “conceitos”

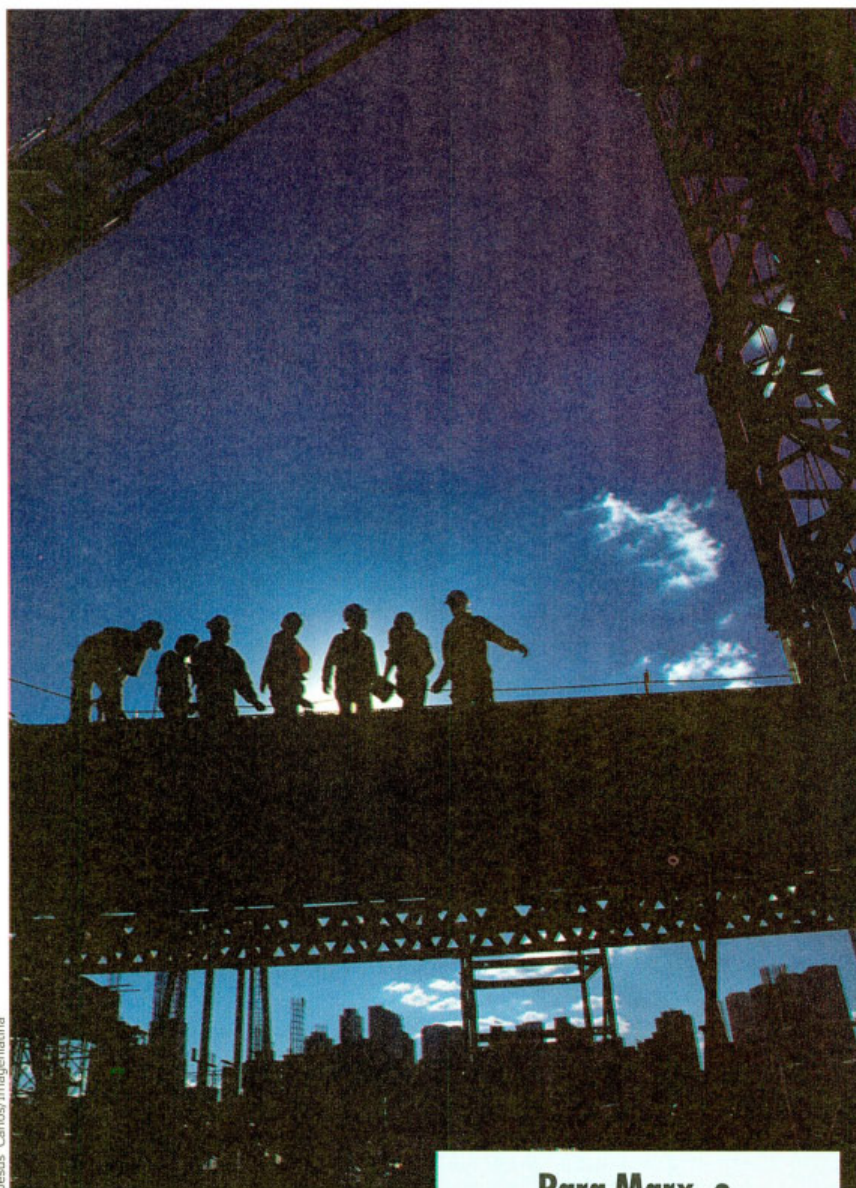
MAURO IASI

Em uma das apresentações de *O Capital*, um resenhista afirma que, para Marx, não interessa o fenômeno enquanto tem forma definida, mas “o mais importante de tudo, para ele, é a lei de sua transformação, de seu desenvolvimento, isto é, a transição de uma forma para outra”. Desta maneira, não podemos esperar em Marx conceituações aos moldes dos manuais.

A dialética de Marx se expressa no movimento próprio dos conceitos, de forma que eles se referem a momentos de aproximação e aprofundamento da análise, que partem da aparência até a essência, da essência menos profunda até a mais profunda. Disto resulta que

o leitor desavisado pode confundir uma destas aproximações como se fosse “o conceito”.

A primeira coisa a dizer, então, é que o conceito de classes de Marx não está no lugar mais



Jesus Carlos/Imagemlatina

Para Marx, o caráter produtivo do trabalho se define pela relação que estabelece com o capital

A força de trabalho é comprada como mercadoria para ser consumida num processo

óbvio: no capítulo “as classes”. A frase mais importante do capítulo é: “interrompe-se aqui o manuscrito”. Perdemos, então, a possibilidade de verificar o conceito de classes em Marx? Não, pois ele não está no último suspiro de um capítulo inconcluso, mas em toda a extensão de sua vasta obra.

DIMENSÕES DO CONCEITO

Podemos encontrar no conjunto da obra vários momentos que indicam os diferentes elementos da definição de classe. Eles podem ser, numa primeira aproximação, resumidos nos seguintes aspectos: a classe seria definida pela posição diante da propriedade dos meios de produção; pela posição no interior de certas relações sociais de produção; pela consciência e pela ação na luta no interior de uma formação social.

Em relação à propriedade, no caso da sociedade capitalista, poderíamos chegar ao conceito de burguesia e proletariado como aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho. No entanto, isto é insuficiente. O proletariado não é em si proletariado a não ser que venda sua força de trabalho em troca de salário e isto implica uma classe que a compre. Mas só o ato de compra não caracteriza a relação. A força de trabalho deve ser comprada como mercadoria para ser consumida em um processo de produção de mercadorias e de mais-valia. É só no interior desta relação que uns se tornam proletários e outros, capitalistas.

Mas não podemos nos limitar a estas determinações. O que foi definido até agora não é falso, apenas é o momento de construção do conceito a partir de sua base material. No entanto, o fenômeno “classe” não se restringe a esta determinação.

Quando vemos um estudo concreto, como o *18 Brumário*, Marx dá um peso muito mais decisivo na análise da ação e consciência de classe do que propriamente nas relações de propriedade. Não que esta dimensão tenha deixado de atuar, mas que se limitando a esta determinação seria impossível desvendar a trama dos acontecimentos. Isto significa dizer que, para Marx, as formas como as classes atuam no campo concreto da história, a consciência que representam em cada momento, são também fatores determinantes.

Além destas dimensões mais descritivas, Marx ainda considera as classes como sujeitos da história. Para ele, a história é movida pela luta de classes. É na dinâmica desta luta que podemos inserir a dimensão política na qual uma classe particular da sociedade reúne condições de representar os interesses gerais, tornando-se uma classe revolucionária ou universal.

**Uma direção política
pode conformar a
ação de classe do
proletariado nos limites
da acomodação**

Mas poderíamos falar de um sujeito da história sem cair numa teleologia metafísica? Acredito que sim. A burguesia, ao seu tempo, e hoje o proletariado são sujeitos históricos porque podem apresentar alternativas societárias a partir de seus interesses particulares contra forças que ameaçam a continuidade da produção social da vida.

ARGUMENTOS IMPRECISOS

Os argumentos que se levantam contra a afirmação do proletariado ser hoje esta classe universal são muitos e não cabe aqui reproduzi-los. No entanto, podemos agrupá-los nos seguintes itens:

- o proletariado, ao contrário de desejar a alteração revolucionária da ordem, quer um ponto de acomodação;
- com as novas formas de produção capitalistas, baseadas em intensa produtividade vindas da crescente utilização de tecnologia, o proletariado não seria mais a classe que mais cresce com o desenvolvimento da indústria, pelo contrário, estaria diminuindo;
- o proletariado não é mais uma classe propriamente, mas se diversificou em segmentos tão heterogêneos que não se pode mais falar de “consciência” de classe ou de interesses comuns deste bloco;
- por fim, o proletariado perderia seu papel para outros setores (desempregados, excluídos, sem-terra, etc.), que estariam em situação de melhor visualizar as injustiças e seriam levados à luta contra o capitalismo.

de produção de mercadorias e de mais-valia

Acredito que existem algumas imprecisões nestes argumentos. A primeira, que salta à vista, é uma relação entre classe revolucionária e “maioria”, que absolutamente não existe em Marx. A classe universal representa os interesses gerais da sociedade, mas nada indica que ela deva ser a maioria desta “sociedade”. O exemplo clássico é a própria burguesia, desde sempre uma classe minoritária.

Quanto ao proletariado desejar ou não a mudança revolucionária, a questão é um pouco mais complicada. O proletariado, enquanto classe da sociedade capitalista, é parte constitutiva do capital e esta situação objetiva leva a momentos de clara acomodação. No entanto, esta inserção na ordem do capital produz, também, exploração, opressão, estranhamento e contradições que podem gerar o confronto. A acomodação do proletariado à lógica do capital

não é a negação da luta de classes, mas uma das formas de sua manifestação.

Duas afirmações de Marx são essenciais para entender esta concepção. A primeira segundo a qual “não se trata daquilo que este ou aquele proletário ou mesmo a classe em seu conjunto assume num dado momento como objetivo. É aquilo que é o proletariado e aquilo que, em conformidade com o seu ser, será historicamente obrigado a fazer”. A segunda afirma: “Onde existe então (...) a possibilidade positiva de uma emancipação? Eis nossa resposta: na formação de uma classe que tenha cadeias radicais, de uma classe *na sociedade civil* que não seja uma classe *da sociedade civil*, uma classe que seja a dissolução de todas as classes”.

Desta forma, a classe capaz de realizar a emancipação humana deve se encontrar no interior da sociedade burguesa, mas deve se inserir num ponto em que a sua

existência e a do capital sejam essencialmente antagônicas, como o é a permanência do capital e a sobrevivência da humanidade. A pergunta, então, é se o proletariado é ainda esta classe?

CONCEITO DE PROLETARIADO

Vejam. A atual dinâmica do capital, pós-moderna, globalizada, ou seja qual for o apelido com que a ideologia a revista, é ainda uma dinâmica do capital, ou seja, ainda existe na extração de mais-valia. A atual fase de desenvolvimento das forças produtivas levou a várias consequências – alteração da composição orgânica do capital em favor de uma maior concentração em capital constante, intensificação da produtividade, alteração significativa das formas de gestão. No entanto, não alterou o fato segundo o qual o capital surge da produção de valor e de mais-valor e, portanto, do consumo produtivo da força de trabalho.

O proletariado continua sendo o que fornece ao capital esta mercadoria essencial, capaz de gerar mais valor que seu próprio valor. Mas o que é este proletariado? Não estaria

A acomodação do proletariado à lógica do capital não é a negação da luta de classes, mas uma das formas de sua própria manifestação



■ Manifestação em Gênova, em julho, mostra a radicalização das lutas sociais

A classe universal representa os interesses gerais da sociedade, mas nada indica

diminuindo até ser um setor pouco representativo? Ainda é o “valor trabalho” o determinante? Não se diversificou em categorias distintas, até que certos serviços se tornam mais essenciais ao capital do que a produção direta de mercadorias?

Vamos por partes. Primeiro, porque no campo das definições absolutas vamos ter problemas. O que é o proletariado não admite uma resposta unívoca. Engels, em sua famosa nota de rodapé ao *Manifesto Comunista*, afirmaria de forma objetiva que são proletários todos aqueles que não tendo outra coisa são obrigados a vender sua força de trabalho. Esta definição não está incorreta, mas lembremos que se refere apenas a uma parte das determinações que constituem uma classe.

Do ponto de vista do capital, não basta vender a força de trabalho, mas vendê-la a um proprietário privado dos meios de produção, que a consumirá produzindo mais-valor, ou seja, no interior do processo de trabalho “produtivo”. Mas se assim fosse, proletariado não seriam apenas os trabalhadores “produtivos”, confundindo esta categoria com a dos operários industriais?

Aí está a raiz do erro que identificará o fenômeno da aparente diminuição do proletariado. Primeiro, que o setor produtivo não pode se restringir aos “operários industriais”, uma vez que para Marx fica evidente que o caráter produtivo do trabalho ou serviço não se define por sua natureza, mas pela relação que estabelece com o capital, ou seja, produzindo ou não a mais-valor.

Questão urgente é organizar a nossa classe na perspectiva do socialismo para que a ação forme o proletariado

Assim, o mesmo trabalho ou serviço pode ou não ser produtivo.

Desta forma, se o proletariado é composto por aqueles que produzem mais-valor, teríamos que incluir aí uma enormidade de setores, inclusive de serviços, que vendem produtivamente sua força de trabalho. Poderíamos, de forma mais precisa, dizer que o proletariado é o núcleo produtivo da classe trabalhadora. Esta última seria caracterizada pelo conjunto daqueles que vendem sua força de trabalho produtiva ou improdutivamente. Se olharmos sob o ponto de vista da luta política e dos interesses históricos mais gerais, não haveria nenhum problema de chamar esta classe trabalhadora, como faz Engels, de proletariado, num conceito ampliado da simples venda da força de trabalho.

PAPEL ESTRATÉGICO

Mas estaria ainda esta classe numa posição estratégica? Alguns creem que não pelo fato de que hoje cresce em importância um setor de “assalariados intelectuais” responsável pela produção de tecnologia que seria, por sua vez, a parte mais decisiva na formação do valor. Temos que lembrar que,

em primeiro lugar, o único valor que é aí produzido é a quantidade de trabalho socialmente necessária para produzir a tecnologia, uma vez que ela mesma enquanto tecnologia não produz valor. Uma tecnologia entra no processo de produção não como tecnologia, mas na forma de um meio de produção que a contém.

Desta maneira, os trabalhadores que produzem tecnologia só podem entrar como um setor a mais na composição do valor. Se estes trabalhadores recebem salários para produzir tecnologia que é vendida como mercadoria, eles são produtivos. No entanto, seus altos salários podem gerar determinações que os distanciem ao invés de aproximar do proletariado; ele pode se considerar privilegiado, ter um padrão distinto de consumo, utilizar seus conhecimentos como se fossem uma propriedade privada e desenvolver um tipo de consciência muito mais próximo da pequena burguesia.

Mesmo considerando a importância deste setor, nos parece que existe uma massa proletária que continua essencial na transferência do valor morto e criação do valor vivo e da mais-valor no ato de produzir uma mercadoria ou um serviço e que esta massa proletária continua a mais essencial ao sistema que qualquer outra classe. A acomodação que pode se verificar em períodos de crescimento ou pelo fato do Estado capitalista assumir uma forma social-democrata logo se dilui nos momentos de crise como vemos hoje.

A diversificação desta classe em

que ela deva ser a maioria da sociedade capitalista

setores e categorias que se aproximam e se distanciam do clássico proletariado tem muitos efeitos na composição real dos blocos de classes no interior da dinâmica da luta de classes. Como vimos, é possível que setores do proletariado assumam, de fato, uma posição pequeno-burguesa. No entanto, quando ampliamos a lente da análise para a perspectiva histórica, estes diversos blocos, segmentos, setores e mesmos os indivíduos tem que optar por padrões societários ligados à manutenção da ordem capitalista ou sua superação. Neste âmbito, não têm outro destino a não ser gravitar entre os projetos da burguesia e do proletariado – entre a permanência do capitalismo ou a opção socialista.

O mesmo ocorre com os setores chamados de marginalizados. Ainda que constituindo massas significativas com grande potencial de luta, eles têm que gravitar em torno dos projetos de classe e, cedo ou tarde, se colocam a favor ou contra a superação da ordem capitalista. Ressaltando que não há nada que impeça que tais movimentos sirvam de base de massa para projetos reacionários, a dinâmica das lutas concretas tem colocado muitos deles numa perspectiva revolucionária, por vezes mais conseqüente do que muitas organizações ligadas diretamente à classe proletária. No entanto, isto se dá por dois motivos: pelo grau explosivo de miséria gerada pela lógica capitalista e pela ausência de uma clara visão revolucionária.

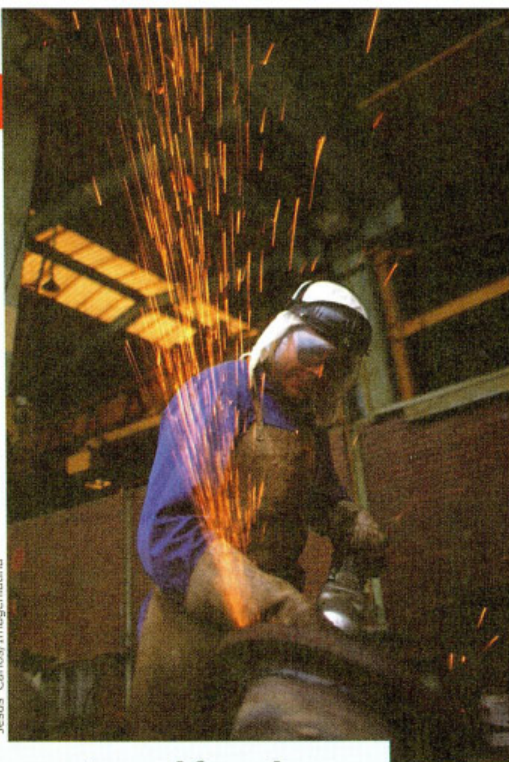
SUPERAR O CAPITALISMO

Se é verdade que a classe também se define por sua ação, ou mais precisamente, que esta ação conforma a classe numa certa perspectiva como afirma Przeworski, uma direção política pode conformar a ação da classe trabalhadora em limites de acomodação, que faz com que a contradição se expresse em outros agentes sociais. E isto pode acontecer ainda que não seja na forma de movimentos organizados, como no caso do MST, mas desorganizadamente, como na criminalidade.

O fato é que a ordem capitalista precisa ser superada antes que inviabilize a vida humana. A história e as condições materiais da própria ordem capitalista fazem seu trabalho cotidiano produzindo contradições e colocando nossa classe em marcha. Se conseguirmos olhar além desta espessa cortina de fumaça ideológica repleta de “interessantíssimas” questões acadêmicas, talvez voltemos a nos dedicar a questões um pouco mais prosaicas e urgentes: organizar as condições subjetivas de nossa classe na perspectiva de uma

A burguesia, ao seu tempo, e o proletariado são sujeitos históricos porque possuem alternativas societárias a partir de seus interesses particulares

Jesus Carlos/Imaginatina



A atual fase de desenvolvimento não alterou o fato segundo o qual o capital surge da produção de valor e de mais-valor

revolução socialista, gerando as condições para que a ação forme “proletariado enquanto proletariado”.

Para aqueles que, afirmando a inadequação dos conceitos marxianos sobre as classes e a luta de classes, querem eliminar os problemas trocando um conceito por outro ou eliminando o conceito de classes, nós revolucionários devemos ajudá-los na medida do possível: superando a ordem capitalista e criando as condições para eliminar a sociedade de classes. Quem sabe assim Marx estará finalmente... superado!

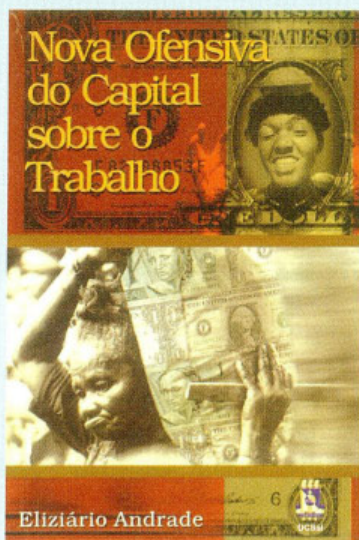
Mauro Luis Iasi é professor de sociologia da Faculdade de Direito de São Bernardo e da Faculdade de Medicina da USP, militante da Articulação de Esquerda (corrente interna do PT) e educador do Núcleo de Educação Popular (NEP) 13 de Maio

A reestruturação na “terra dos Orixás”

O estudo da reestruturação produtiva no Brasil, bem como suas conseqüências e repercussões no mundo do trabalho, é o eixo da pesquisa de Eliziário Andrade – que é professor de história do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Católica da Bahia e doutor em história pela Universidade de Oviedo (Espanha). Tendo como centro a análise do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, o autor faz um desenho crítico bastante denso do que vem ocorrendo neste setor, especialmente na última década.

Sabe-se que a reestruturação produtiva do capital no Brasil é bastante diferenciada, tanto regional quanto setorialmente. Entender estas diferenciações é, portanto, um caminho fértil para se compreender dimensões da totalidade do nosso capitalismo recente.

Eliziário Andrade tem os seguintes pontos de partida: 1) as mudanças em curso no mundo produtivo, ainda que acarretem maior fragmentação e heterogeneização no mundo do trabalho, não negam a centralidade do trabalho no mundo contemporâneo; 2) como conseqüências destas transformações, o movimento sindical também está desafiado a responder e mesmo avançar em sua ação crítica, horizontalizando suas estruturas; 3) a particularidade da nossa reestruturação produtiva, segundo Eliziário, tem que ser compreendida como “uma inserção passiva da economia nacional na mundialização do capitalismo”; 4) os novos elementos produtivos convivem e mesclam-se com os elementos herdeiros do taylorismo e do



Nova ofensiva do capital sobre o trabalho.
Eliziário Andrade.
Universidade Católica de Salvador, Bahia, 2000

POR RICARDO ANTUNES

fordismo que, para o autor, são predominantes no pólo petroquímico, levando-o a concluir que há mais continuidade do que descontinuidade no processo petroquímico na Bahia, quando se estuda a forma de organização de trabalho e de seus mecanismos de controle.

Nas palavras do autor: “A adoção do CCQ e o incremento da subcontratação na indústria química e petroquímica foram respostas encontradas pelo capital para enfrentar a queda de sua produtividade... O processo de implantação e prática dessa estratégia tem elegido o CCQ e o sistema de subcontratação do trabalho como *locus* privilegiado para integrar e envolver os trabalhadores nos programas de qualidade total e da produtividade”. Acrescenta ainda que estas mudanças “não indicam que se tenha realizado uma ruptura com

questões fundamentais que regem os princípios de racionalização (taylorista e fordista) desse sistema”.

O autor ainda mostra, como resultado de sua pesquisa, todo o arsenal ideológico que vem embutido no mecanismo dos CCQs, bem como os mecanismos de precarização do trabalho, particularmente no capítulo IV, que tem o sugestivo título “Reestruturar, acumular e controlar na terra dos Orixás”.

Do mesmo modo, são fortes as conseqüências destas mutações no interior do movimento sindical, que tem vivenciado situações de forte crise e ausência de perspectivas capazes de superar alguns dos dilemas que assolam o mundo do trabalho. Aqui o autor se inspira na linhagem crítica, mostrando os enormes limites das visões negociais que tanto têm pautado segmentos do sindicalismo brasileiro.

A publicação do livro de Eliziário Andrade, que foi apresentado como tese de doutorado junto à Universidade de Oviedo, na Espanha, fortalece a literatura crítica sobre os caminhos e descaminhos do capitalismo recente na Bahia. Mais do que uma fotografia asséptica do mundo das empresas, como fazem os sociólogos dos recursos humanos, Eliziário Andrade realiza um estudo fortemente vinculado aos valores mais fortes do mundo do trabalho, visando a construção de um processo que aponte para a superação do caráter destrutivo do capital e para a conquista de uma sociedade regida pelos valores socialistas e de emancipação.

Ricardo Antunes é professor de sociologia da Unicamp/SP, autor, entre outros, do livro *Os sentidos do trabalho* (Editora Boitempo) e coordenador da coleção *Mundo do Trabalho* (Boitempo)

FILMES

MANOEL RANGEL

O cinema e as lições da Argentina

É possível que uma cinematografia sobreviva à destruição de um país? A Argentina diz que sim. Na contramão das experiências neoliberais, o cinema argentino dos últimos anos reata com o seu melhor.

Ao contrário do Brasil, o cinema dos anos 90 na Argentina não se fez autista. Cineastas jovens e veteranos pactuaram um compromisso com o país que os lançou no corpo a corpo com a ausência de perspectivas do tempo presente e com o retrocesso do país. O cinema foi para as ruas imbuído de olhos e razão, a fim de descrever o mal-estar e perguntar pela vida. Contraditoriamente, nos anos do menemismo, os cineastas conseguiram retomar o apoio do Estado à produção e terem seus filmes vistos. Não foi em vão.

A NUVEM (FERNANDO SOLANAS, 1998)

Em *A Nuvem*, Buenos Aires é uma cidade sombria. Um grupo de artistas está às voltas com a luta pela permanência de um teatro alternativo ameaçado pela especulação. O diretor e o grupo são contemporâneos de muitos que estão no governo. Compartilharam idéias no passado, mas já não estão do mesmo lado. A separá-los a clara cisão do projeto nacional nos anos Menem.

Solanas é implacável com o arrivismo dos que passaram ao outro lado. Ao mesmo tempo, não deixa de sondar as possibilidades de convivência entre a fidelidade ao que se pensa e a concessão à sobrevivência. Seu

alvo é a consciência do homem argentino, o que se fez para resistir aos que apostaram todas as fichas em um projeto subalterno de país. Ou ainda, até que ponto se pode levar a vida e fazer concessões, sem que estas eliminem a possibilidade mesma de estar vivo.

NOVE RAINHAS (FABIÁN BIELINSKI, 2000)

Nove Rainhas narra o encontro de dois especialistas em pequenos golpes. Os golpistas saem pela cidade a atingir senhoras de idade, garçons, pequenos comerciantes, mulheres, ao mesmo tempo em que passam a conhecer o percurso de vida um do outro.

No transcurso do roteiro, aparentemente inofensivo, tomamos contato com um país que se desmancha. Perda de perspectiva, dilemas morais, desemprego, fazem perceber que a dupla tornou-se parâmetro de sobrevivência e símbolo do cinismo que ameaça impregnar a sociedade.

Entretanto, o julgamento moral cede lugar ao dilema humano ao demonstrar o limite em que todos se locomovem e mais, apontar ao fundo, mas em cores fortes, onde é mesmo que se aplicam os verdadeiros golpes contra o país: no hall dos hotéis cinco estrelas, no Banco Central, nas operadoras do sistema financeiro. *Nove Rainhas* é a representação bem-humorada do mal-estar que domina a Argentina.

Manoel Rangel é cineasta e editor da revista de cinema *Sinapse*. Correio eletrônico: rangneto@usp.br

INTERNET

GIOVANNI ALVES

COMISSIONES OBRERAS

http://www.ccoo.es

O site das *Comisiones Obreras* possui um *design* simples, mas com muitas informações sobre as atividades de uma das principais centrais sindicais espanholas. Nele podemos encontrar atualidades, serviços, publicações, legislação e *links* de organizações sociais, sindicais, políticas e governamentais da Europa Ocidental e do mundo capitalista. As *Comisiones Obreras* são filiadas à *Confederação Sindical Européia* (CSE), cujo site (www.etuc.org) também demonstra a força do sindicalismo europeu no tocante a capacidade de disseminar informações para o público e seus afiliados através da Internet.

CISL – www.icftu.org/

Através da Internet, a quantidade de informações disponíveis para o movimento sindical tornou-se impressionante. Um outro exemplo é o site da Cisl, a maior central sindical mundial, que possui uma lista ampla de *weblinks* tratando de temas do sindicalismo mundial – trabalho infantil, globalização, saúde, meio ambiente, empresas multinacionais, organização sindical, comércio, direitos sindicais, juventude, educação, emprego, trabalho escravo, direitos humanos, migração, novas tecnologias, racismo, Banco Mundial e FMI, etc. São cerca de 125 *weblinks* com informações atualizadas sobre temas candentes do mundo sindical. Além disso, pode-se acessar artigos do “mundo sindical” (da Cisl).

Giovanni Alves é doutor em ciências sociais e professor da Unesp/Marília.
Correio eletrônico: giovanni.alves@uol.com.br

SALACIEL FABRÍCIO VILELA

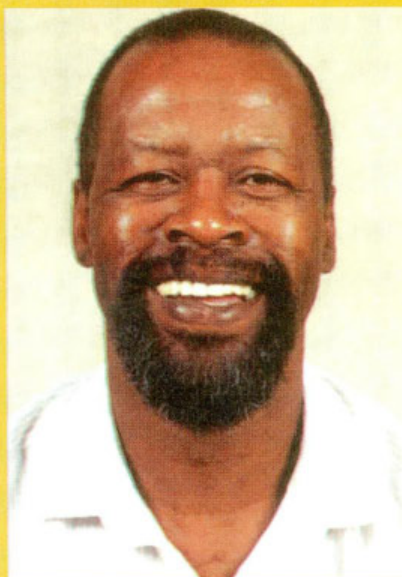
Exploração do negro no mercado de trabalho

A história dos povos afrodescendentes está ligada ao trabalho. A história econômica do Brasil está ligada ao trabalho negro. Foi com o trabalho dos africanos escravizados e trazidos à força ao Brasil que se construiu a estrutura básica para o nosso desenvolvimento. Não podemos aceitar, portanto, sermos vítimas da miséria, do desemprego, da falta de saúde e moradias. Não podemos aceitar sermos vítimas do subdesenvolvimento, que é consequência dos modelos econômicos adotados pela elite branca européia que dominou e continua dominando o país.

O que separa o afrodescendente da condição de morar na periferia, na favela, embaixo da ponte ou de morar em lugar nenhum é, sem dúvida, ter a carteira de trabalho assinada e estar inserido no mercado formal de trabalho, desfrutando de todas as garantias que daí decorrem. A população negra brasileira é a que mais sofre com o desemprego estrutural, que bate recordes no país, e com as crescentes relações precarizadas e informais de trabalho.

MECANISMOS RACISTAS

Porém, mesmo quando consegue ingressar no mercado formal de trabalho, os mecanismos racistas impedem a sua ascensão profissional e o



Pesquisa revela desigualdade racial em todo o país e para ambos os sexos

submete à discriminação salarial, como demonstram os dados do Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho, realizado pelo Dieese para o Inspir (Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial). Eles comprovam uma situação de reiterada desigualdade para os trabalhadores negros de ambos os sexos, no mercado de trabalho das seis regiões metropolitanas estudadas.

INDICADORES DESFAVORÁVEIS

A coerência dos resultados em nível nacional revela que a discriminação é um fato cotidiano, interferindo em todos os espaços do mercado de trabalho brasileiro. Nenhum outro fato, que não a utilização de critérios discriminatórios baseados na cor

dos indivíduos, pode explicar os indicadores sistematicamente desfavoráveis aos trabalhadores negros, seja qual for o aspecto considerado. Mais ainda: os resultados permitem concluir que a discriminação racial sobrepõe-se à discriminação por sexo, combinando-se a esta para constituir o cenário de aguda dificuldade em que vivem as mulheres negras, atingidas por ambas.

A LUTA PELA IGUALDADE

As condições atuais do mercado de trabalho brasileiro e todas as questões que afetam as possibilidades de ingresso, permanência e crescimento profissional da população negra conjugam-se, assim, para compor o quadro de extrema gravidade que caracteriza sua inserção no mercado de trabalho.

A desigualdade social no Brasil resulta não apenas da injusta distribuição da riqueza gerada e de políticas econômicas que beneficiam grupos privilegiados desta sociedade em detrimento dos trabalhadores. Está calcada também sobre diferenciações e comportamentos discriminatórios disseminados por todo o país.

A justiça social, a igualdade de oportunidades, a cidadania plena, enfim, as condições que ofereçam a todos uma igual distribuição das possibilidades de obter seu sustento e a plena realização de suas capacidades passam, necessariamente, pela construção da igualdade racial no Brasil.

Salaciel Fabrício Vilela é secretário de assuntos da discriminação racial do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

Campanha salarial no pé da letra

região petrolífera, penetra nas fundições e nas
consentá-las ou enfrenta os incêndios dos poços de petró-
leo para os apagar.

salamanta. S. f. Bras. Reptil ofídio, boídeo (*Epicrates
cenchria* (L.)), de coloração geral castanha, com manchas
negras oclares nos flancos e comprimento de até 2 m.
Alimenta-se de aves e doutros pequenos animais. [Sin.:
guaçubóia, jibóia-vermelha.]

salame¹. S. m. Enchido (3) de origem italiana feito de carne
de porco picada, pequenos cubos de toucinho e pimenta
em grãos, e que se come frio.

salame². S. m. Salamaleque.

salaminho. S. m. Variedade de salame¹ acondicionado em
tripa fina e curta.

salão¹. S. m. 1. Grande sala. 2. Exposição periódica ou
anual, especialmente de obras de artistas plásticos, de
novos modelos de diversas indústrias, etc. 3. Certo tipo de
estabelecimento comercial aberto ao público. 4. Fig.
Reunião de pessoas de sociedade, artistas, intelectuais,
etc. 5. Bras. Barbearia (1) ou cabeleireiro (2).

salão². S. m. 1. Terreno arenoso ou barrento; solão. 2.
Fundo arenoso cheio de limo. 3. Bras. Terreno impermeá-
vel por causa de uma camada pedregosa.

salarial. Adj. 2 g. Bras. Relativo a salário.

salário. S. m. 1. Remuneração, normalmente em dinheiro,
devida pelo empregador, em face do serviço do empregado.
2. Restr. Remuneração do trabalho prestado por
operários horistas ou diaristas. 3. Recompensa de servi-
ços. 4. Salário mínimo. ♦ **Salário mínimo**. Remuneração
mínima do trabalhador, fixada por lei.

Fonte: Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa

gola
se usa
te, em
da por

impulsionada.

campainhar (a-i). V. int. Fazer soar campainha.

campal. Adj. 2 g. 1. Pertencente ou relativo ao campo. 2.
Diz-se da batalha travada em campo raso. ♦ S. m. 3. Bras.,
MT. Trecho de campo situado no meio do mato.

campana. S. f. 1. Sino, campainha. 2. Luva (4) de manilha.
3. Arquit. Corpo do capitel coríntio ou compósito, que tem o
formato de um sino invertido.

campanado. Adj. V. Campanuláceo (1).

campanário. S. m. 1. Parte aberta da torre de igreja, onde
estão os sinos. 2. Torre de sinos. 3. P. ext. A freguesia, a
aldeia dotada de igreja com campanário.

campanha. S. f. 1. Campo (2) extenso; planície. 2. Mil. Série
de operações militares que visam à consecução de um
objetivo definido, em determinada época, numa mesma
área geográfica. 3. Mil. Conjunto de operações militares que
constituem uma fase distinta de determinada guerra. 4. P.
ext. Conjunto de ações, de esforços, para se atingir um fim
determinado.

campaniforme. Adj. 2 g. V. campanuláceo (1).

campanil. S. m. Liga metálica própria para sinos.

campanólogo. S. m. Aquele que toca peças de música em
sinos, campainhas ou copos afinados.

campanudo. Adj. 1. Que tem forma de campa. 2. Fig.
Pomposo, enfático, bombástico.

campânula. S. f. 1. Qualquer objeto em forma de sino.
Espécie de redoma usada para isolar...

Com a
Século
sua campanha
ganha
Força e
sai do
Papel.

Século Comunicação Integrada

Telefone: (0--11) 3644-6928 - Fax: (0--11) 3641-8530

Internet: www.seculonet.com.br - Endereço eletrônico: seculo@seculonet.com.br

Planejamento Estratégico - Identidade Visual - Cartazes - Folders - Jornais e Boletins
Editais e anúncios - Outdoors - Inserções em Rádio e Televisão - Assessoria de Imprensa

ASSINE A REVISTA

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo.

Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências.

A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ainda ganha de brinde o livro "Administração sindical em tempos de crise".

CUPOM DE ASSINATURA

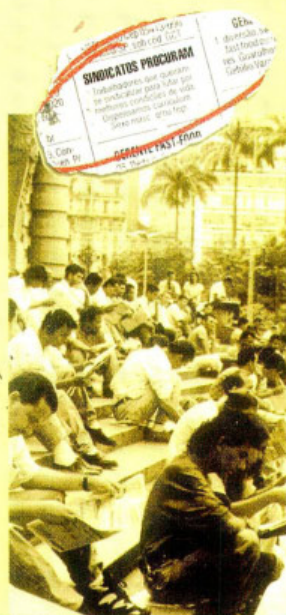
A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____
Cidade _____ Estado _____
Telefone(s) _____
Fax _____
Profissão _____
Correio eletrônico _____

Administração sindical em tempos de crise

Aldo Rebelo
Giovanni Alves
Rubens Aidar
João Guilherme
Vargas Netto
Adalberto Moreira
Cardoso
Armando Boito
Hilário Gottselig
Tarcísio Secoli
Cláudio Spiciati
Barbosa
Ulisses Riedel
Remígio Todeschini
Altamiro Borges (org.)

Edição:
CES



FORMA DE PAGAMENTO:

Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais,
no valor de R\$ 30,00

Depósito em conta corrente nº 407852-7, Banco do
Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o
comprovante)

Cartão

☐ Credicard

☐ Visa

Número

Validade